



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

JUCIELLE MACEDO ALVES

**PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE A ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA:
UM ESTUDO NO CAMPUS AVANÇADO JANAÚBA DO IFNMG**

Brasília – DF
Maio/2024

JUCIELLE MACEDO ALVES

**PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE A ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA:
UM ESTUDO NO CAMPUS AVANÇADO JANAÚBA DO IFNMG**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof.^a Dra. Benedetta Bisol. Linha de Pesquisa: Estudos Comparados em Educação - ECOE.

Brasília – DF
Maio/2024

JUCIELLE MACEDO ALVES

**PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE A ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA:
UM ESTUDO NO CAMPUS AVANÇADO JANAÚBA DO IFNMG**

Brasília, 09 de maio de 2024.

Profª. Dr.ª Benedetta Bisol

Orientadora

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade de Brasília – UnB

Profª. Dr.ª Adriana Almeida Sales de Melo

Membro Interno

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade de Brasília – UnB

Profª. Dr.ª Giuliana de Sá Ferreira Barros

Membro Externo

Campus Salinas
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG

Profª. Dr.ª Etienne Baldez Louzada Barbosa

Membro Interno - Suplente

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade de Brasília – UnB

A Deus que sempre olha por nós.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha profunda gratidão a Deus, que me sustentou nos momentos difíceis e me deu forças para superar os desafios. Sem Sua orientação e cuidado, nada disso teria sido possível.

À minha família, cujo apoio incondicional foi a luz que guiou meus passos em todos os momentos.

Agradeço também aos amigos que trago no peito, cuja presença e incentivo foram fundamentais em minha jornada.

Agradeço imensamente ao IFNMG pelos quase 10 anos de trabalho nesta instituição que me proporcionou tantas oportunidades de crescimento profissional e pessoal. Foi aqui que pude desenvolver minhas habilidades e contribuir para o avanço da educação em nossa comunidade.

Por fim, agradeço profundamente à minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Benedetta Bisol, e aos membros da Banca de Qualificação/Defesa, Prof^ª. Dr^ª. Adriana Almeida Sales de Melo e Prof^ª. Dr^ª. Giuliana de Sá Ferreira Barros, pelo apoio e orientação durante este trabalho. Suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa e para meu crescimento acadêmico.

RESUMO

A presente dissertação investiga o campo da assistência estudantil durante a pandemia. A pesquisa teve como objetivo realizar um estudo com foco nas percepções dos estudantes e na avaliação do impacto das políticas de apoio educacional. A pesquisa está organizada em etapas. A etapa de embasamento teórico da pesquisa envolve a análise bibliográfica e documental, com foco em documentos oficiais do IFNMG, relatórios de gestão, e valores orçamentários relacionados à assistência estudantil. A fase foi essencial para fundamentar a pesquisa e definir os instrumentos de coleta de dados alinhados aos objetivos do estudo que envolvem a aplicação de métodos quantitativos e qualitativos para coletar dados sobre os estudantes beneficiados pela política de assistência estudantil, bem como explorar a subjetividade dos estudantes para compreender suas experiências e percepções. Os resultados da pesquisa revelaram um cenário complexo e desafiador e evidenciaram dificuldades como acesso limitado à internet, estresse, desmotivação nos estudos e impactos no bem-estar emocional. Além disso, o auxílio financeiro emergencial desempenhou um papel fundamental na vida dos estudantes, permitindo que se concentrassem nos estudos.

Palavras-chave: Assistência estudantil, Pandemia, Percepções dos estudantes.

ABSTRACT

This dissertation investigates the field of student assistance during the pandemic. The research aimed to conduct a study focusing on students' perceptions and evaluating the impact of educational support policies. The research is organized into stages. The theoretical foundation stage of the research involves bibliographic and documentary analysis, focusing on official documents from IFNMG, management reports, and budgetary values related to student assistance. This phase was essential to underpin the research and define data collection instruments aligned with the study's objectives, involving the application of quantitative and qualitative methods to collect data on students benefiting from student assistance policy, as well as exploring students' subjectivity to understand their experiences and perceptions. The research results revealed a complex and challenging scenario and highlighted difficulties such as limited internet access, stress, lack of motivation in studies, and impacts on emotional well-being. Furthermore, emergency financial assistance played a fundamental role in students' lives, allowing them to focus on their studies.

Keywords: Student assistance, Pandemic, Students' perceptions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Linha histórica da Instituição Federal de Ensino de 1959 até 1982.....	35
Figura 2	Mapa do IFNMG no Estado de Minas Gerais	38

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1	Esquema teórico para o entendimento da aplicação da metodologia.	20
---------------	--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Dados gerais dos sujeitos da pesquisa.....	30
Quadro 2	Descobertas bibliográficas.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Situação Econômica Familiar no Curso Técnico em Administração.....	51
Tabela 2	Atuação dos NAPNES no IFNMG	64
Tabela 3	Programa de assistência e apoio financeiro	67
Tabela 4	Estudantes atendidos com auxílio para inclusão digital	68
Tabela 5	Orçamento Assistência Estudantil.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Renda Per Capita familiar dos inscritos

54

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitária de Saúde
ANP	Atividades Não Presenciais
CAIC	Centros Integrados de Atendimento à Criança e Adolescente
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAD	Centro de Referência em Educação a Distância
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
EAA	Escolas de Aprendizes e Artífices
EAD	Educação a distância
EFA	Escolas Famílias Agrícolas
EMI	Ensino Médio Integrado
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
FUCAM	Fundação Caio Martin
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFNMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação, Cultura e do Desporto
NAPNE	Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas
NEABI	Núcleos de Estudos, Pesquisa e Extensão Afro-Brasileiros e Indígenas
NEPGES	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade
PAE	Política de Assistência Estudantil
PCD	Pessoas com deficiência
PIMA	Programa de Incentivo à Mobilidade Acadêmica
PIPE	Programa de Incentivo à Participação Discente em Eventos

PNE	Plano Nacional de Educação
PNAE	Política Nacional de Assistência Estudantil
PPE	Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SMP	Serviço Móvel Pessoal
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
2.1 Instrumentos de Pesquisa.....	26
3 REDE DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE: UM OLHAR A PARTIR DO GOVERNO DE NILO PEÇANHA.....	32
3.1 Escolas de Aprendizes e Artífices: uma escola para os filhos de trabalhadores.....	33
3.2 A criação e expansão norte mineira: onde estamos?.....	37
4 REVISANDO PERSPECTIVAS E ABORDAGENS INICIAIS.....	42
5 EXPLORANDO A DEMOGRAFIA E PADRÕES DE INSCRIÇÃO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	49
5.1 Análise demográfica e socioeconômica.....	50
6 O IFNMG NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO.....	55
6.1 A garantia da permanência.....	55
6.2 Perspectivas e Impactos Socioeducacionais.....	63
6.3 O lócus da pesquisa: perfil Socioeconômico no Campus Avançado Janaúba.....	69
7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	74
7.1 Tendências Identificadas pelos Egressos.....	75
7.1.1 Perfil do estudante: Gênero e Cor/Raça/Etnia.....	76
7.1.2 Vivências no Ambiente de Ensino Remoto: Reflexões dos estudantes.....	79
7.1.3 O Papel do Auxílio Financeiro: Impactos e Necessidades Durante a Pandemia.....	85
7.1.4 O Caminho Pós-Pandemia.....	86
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE.....	99
APÊNDICE A - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO.....	99
APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO AO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS.....	103

1 INTRODUÇÃO

Durante a pandemia, a questão da permanência e assistência na educação tornou-se ainda mais crucial. O fechamento das escolas e a mudança para o ensino remoto foram desafios na missão de manter os estudantes engajados e proporcionar-lhes o suporte necessário para o aprendizado. Este período de incerteza evidenciou a importância não apenas do acesso à educação, mas também da continuidade e assistência ao longo do processo educacional.

A permanência na educação foi desafiada pela necessidade de adaptação a novas formas de aprendizado e interação. Estudantes de diferentes origens socioeconômicas enfrentaram obstáculos diversos, desde a falta de acesso à internet até a ausência de suporte familiar para acompanhar o ensino remoto. A assistência, por sua vez, tornou-se essencial para garantir que esses estudantes não fossem deixados para trás. Programas de apoio, como distribuição de dispositivos eletrônicos e material didático, além de iniciativas para oferecer suporte emocional e escolar, foram fundamentais para ajudar os estudantes a enfrentar os desafios impostos pela pandemia.

Neste contexto, a educação revelou-se não apenas como um direito fundamental, mas também como um pilar essencial para a resiliência e o progresso das comunidades. A assistência educacional durante e após a pandemia foi crucial para garantir que todos os indivíduos tivessem a oportunidade de alcançar seus objetivos educacionais e pessoais. Sendo assim, investir em estratégias que promovam a permanência e ofereçam assistência adequada é fundamental para construir uma sociedade mais equitativa e preparada para enfrentar os desafios futuros.

A partir da perspectiva apresentada, a permanência sempre foi ponto de debate para assegurar uma educação inclusiva e eficaz, indo além do simples acesso. No presente estudo, exploram-se as significações dos egressos em relação aos programas de implementação da Política de Assistência Estudantil no Campus Avançado Janaúba do IFNMG, percebidos durante o período de atividades não presenciais - ANP¹ decorrente da pandemia de COVID-19 e seu impacto na trajetória educacional e pessoal.

Durante esse período, tornou-se evidente que a experiência profissional não nos deixou preparados para lidar com o novo cenário caótico que afetou a vida de todos na

¹ Atividades não presenciais organizadas a distância, mediadas por recursos digitais e/ou o acesso, em seu domicílio, a materiais de apoio e orientação que permitam a continuidade dos estudos. Para saber mais acessar a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020. Disponível em <https://anup.org.br/legislacao/portaria-no-544-de-16-de-junho-de-2020/>. Acesso em 10 Mar. 2022.

educação. Os anos de convivência com os jovens não nos prepararam para essa nova realidade. Em todo o meu tempo de atuação na educação, nunca me deparei com situações tão atípicas. Além disso, novas perspectivas começaram a ganhar destaque na esfera das políticas públicas e nas determinações legais de âmbito nacional e internacional. As políticas públicas precisavam ser reformuladas e ações emergenciais eram necessárias. A declaração da pandemia de COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde - OMS em 11 de março de 2020 marcou o início de uma série de medidas emergenciais adotadas em todo o mundo para conter a propagação do vírus. No Brasil, o reconhecimento da gravidade da situação ocorreu com o decreto de emergência em saúde pública, anunciado em 3 de fevereiro de 2020, sinalizando a necessidade de ações imediatas por parte das autoridades e instituições de ensino.

Diante desse cenário, o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG, em consonância com as recomendações governamentais e de saúde, determinou a suspensão das aulas em suas unidades a partir de 18 de março de 2020, como medida preventiva para proteger a comunidade acadêmica e conter a disseminação do vírus. O Campus Avançado Janaúba, alinhado com a cautela e responsabilidade institucional, antecipou-se à decisão central e suspendeu suas atividades educacionais em 16 de março de 2020, evidenciando a prontidão e compromisso da instituição em priorizar a segurança e bem-estar de seus estudantes e servidores frente aos desafios impostos pela pandemia.

Durante a crise da pandemia de COVID-19 no Brasil, o número de mortes causadas pela doença alcançou níveis devastadores. Até a declaração do término da pandemia em abril de 2022, o país registrou um total de 662.618² óbitos. Ao longo dos meses desde o surgimento do vírus no país, testemunhou-se um aumento exponencial no registro de óbitos, refletindo não apenas a gravidade da situação, mas também os desafios enfrentados para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos sobre a população. A contagem diária de mortes pela COVID-19 tornou-se uma dolorosa realidade, deixando um rastro de luto e impactando profundamente as famílias brasileiras.

Esse contexto de perdas generalizadas destacou a urgência de medidas eficazes de saúde pública e políticas de enfrentamento da pandemia, evidenciando a necessidade premente de uma resposta coordenada e abrangente para lidar com essa crise de saúde sem precedentes.

² Esta informação foi obtida do site G1, uma plataforma de notícias da Globo, publicada em 22/04/2022 Disponível em

<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/04/22/brasil-registra-62-novas-mortes-por-covid-media-mo-vel-e-de-94-por-dia.ghtml>. Acessada em 12 de Abr de 2024.

Diante disso, a suspensão das aulas em suas unidades, alinhada às diretrizes governamentais, demonstrou o compromisso da instituição em priorizar a segurança e o bem-estar dos estudantes e servidores. Além disso, foram implementadas políticas e programas destinados a garantir a continuidade dos estudos, mesmo diante das adversidades impostas pela pandemia. Iniciativas como o ensino remoto, a oferta de recursos tecnológicos e apoio psicossocial aos estudantes visavam mitigar as dificuldades enfrentadas e promover a equidade no acesso e permanência à educação.

Os dados apresentados no relatório de gestão³ do IFNMG para o ano de 2021 revelam um aumento substancial no número de estudantes beneficiados pelo auxílio emergencial em comparação ao ano anterior. Em 2020, o programa beneficiou 874 estudantes, enquanto em 2021 esse número aumentou para 2.428. Esse incremento é ainda mais notável quando consideramos o contexto global das matrículas em cursos presenciais. Em 2020, havia um total de 11.763 matriculados nesses cursos, enquanto em 2021 esse número cresceu para 12.830. Isso indica uma maior demanda e necessidade de apoio financeiro entre os estudantes do IFNMG durante o período da pandemia, destacando a importância desses programas de assistência para garantir a continuidade dos estudos e o bem-estar dos estudantes.

No Campus Avançado Janaúba, alguns estudantes, de cursos concomitantes/subsequentes e de cursos integrados, receberam o auxílio financeiro. Em 2020, havia turmas de Técnico em Administração, PROEJA- Agente Comunitário de Saúde, Vigilância em Saúde e o curso de Informática para Internet na modalidade integrada ao ensino médio. Anualmente tínhamos aproximadamente 210 estudantes frequentando os cursos de Vigilância em Saúde e Informática para Internet. No período compreendido entre 2020 e 2021 foram concedidos 86 auxílios para os estudantes destes cursos.

Com o objetivo de garantir a continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, mesmo diante de circunstâncias adversas. O apoio financeiro da assistência estudantil beneficiou os estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais do IFNMG, no Campus Avançado Janaúba, que se encontravam em situação de vulnerabilidade e/ou risco social devido à pandemia da Covid-19, para que mantivesse os estudos, frente às dificuldades financeiras.

Ao observar de perto esse processo e entender a influência dos auxílios financeiros na jornada educacional e pessoal dos estudantes do ensino médio, tanto antes quanto durante a

³ Os dados referem-se ao relatório de gestão e mais informações sobre o PNE, estão divulgados pelo IFNMG na página “Relatório de Gestão”. Disponível em <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao> Acesso em 10 Mar. 2022.

pandemia, despertou minha reflexão sobre o impacto dessa política em suas vivências nesse percurso. O Estado tem o dever de garantir a oferta de educação básica obrigatória e gratuita a todos, é crucial criar condições para que os estudantes permaneçam na escola e concluam seus estudos. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê a implementação de políticas públicas voltadas para a prevenção do abandono e da evasão escolar, como o desenvolvimento de programas de assistência ao estudante, a oferta de atividades complementares e a promoção de ações pedagógicas que incentivem a participação e o interesse dos estudantes, dentre outras medidas.

Assim, a Política Nacional de Assistência Estudantil é essencial na promoção da equidade educacional e na garantia de oportunidades para todos os estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Portanto, a Política Nacional de Assistência Estudantil é fundamental para a concretização do direito à educação e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O debate sobre a política de permanência já é abordado em alguns trabalhos acadêmicos, sendo apontado como importante, porém não é o único responsável pela permanência dos estudantes. Queirós (2022) observa que muitos estudantes enfrentam dificuldades no processo de aprendizagem, mesmo recebendo auxílios financeiros. Essas dificuldades são frequentemente atribuídas pela instituição à "dificuldade de base", relacionada às deficiências do processo educacional anterior, ou à "falta de vontade". No entanto, ressalta-se que essa não é uma regra absoluta, uma vez que mesmo em contextos adversos há estudantes que obtêm sucesso, sendo estes geralmente considerados "esforçados". Além disso, existem estudantes que se destacam por suas habilidades intelectuais, sendo denominados como "brilhantes".

Uma questão crucial é que muitos estudantes enfrentam dificuldades no processo de aprendizagem, mesmo recebendo auxílios financeiros. No debate sobre assistência estudantil e processo de ensino-aprendizagem, essa constatação traz mais complexidade e indica que outros fatores influenciam o desempenho educacional dos estudantes.

A menção às dificuldades de base e à falta de vontade como possíveis causas das dificuldades no processo de aprendizagem aponta para a necessidade de uma abordagem mais ampla e multifacetada na promoção do sucesso educacional. Isso sugere que a assistência estudantil não pode se limitar apenas à provisão de recursos financeiros, mas também deve abordar questões relacionadas à qualidade da educação recebida pelos estudantes e à motivação para aprender. A política de assistência vai além do recurso financeiro e abrange outros programas, mas se torna cada vez mais evidente o percentual de recurso destinado para

a concessão dos auxílios financeiro aos mais vulneráveis⁴ retrato da desigualdade social. Isso implica que os programas de assistência estudantil devem ser complementados por estratégias que promovam o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, autoeficácia e resiliência nos estudantes.

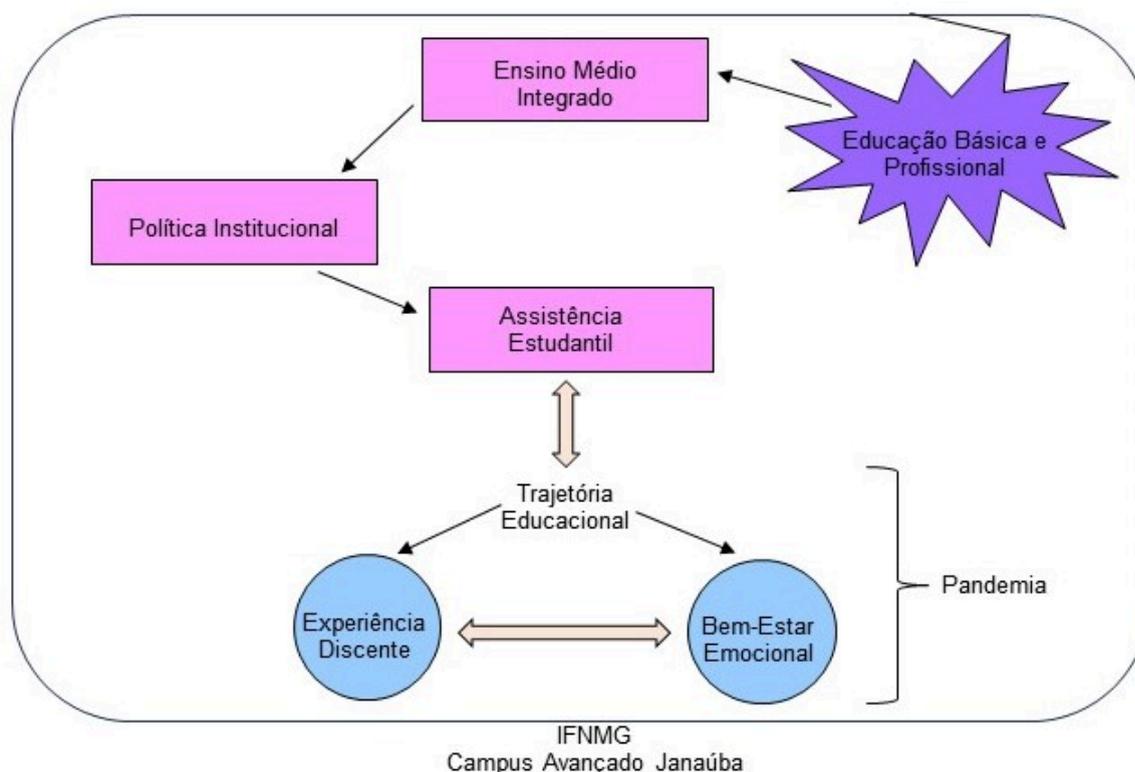
Portanto, ressalta-se a importância da Política Nacional da Assistência Estudantil e de seus programas, visando não apenas mitigar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, mas também promover um ambiente educacional que valorize e apoie o crescimento escolar e pessoal de todos os estudantes do ensino médio.

Desse modo, o objetivo central deste estudo consiste em investigar as significações sociais dos estudantes em relação à Política de Assistência Estudantil, visando compreender os impactos e desafios enfrentados no contexto educacional.

Nesse sentido, ao centrar-se na dinâmica das significações sociais dos estudantes e na efetividade das políticas de permanência, busca-se identificar os desafios enfrentados pelos estudantes, mas também compreender como as políticas de assistência estudantil são percebidas, interpretadas e utilizadas pelos beneficiários. Isso contribui para o aprimoramento e a eficácia dessas políticas, promovendo uma educação mais inclusiva e adequada às necessidades dos estudantes em tempos de crise e incerteza.

⁴ Com a intensificação do desemprego e de formas precárias de trabalho, aumentou a convicção de que parcela significativa da população não tem mais lugar em relações sociais estáveis, determinantes para moldar um conjunto de expectativas em relação ao porvir. Entram em cena os “sem futuro”, destinados aos programas públicos de ajuda aos desempregados ou às formas instáveis e precárias de trabalho. Enfim, são os “desenraizados”, para os quais a vulnerabilidade econômica se associa à perda ou à diminuição de espaços e relações de convivência familiar e social (MENDOSA, D., p. 306, 2011).

Organograma 1 – Esquema teórico para o entendimento da aplicação da metodologia.



Fonte: elaboração própria sobre o esquema teórico e na aplicação da metodologia.

Além disso, considerando o contexto desafiador, é crucial questionar: Quais foram os principais obstáculos enfrentados pelos estudantes durante o período de ensino remoto causado pela pandemia de COVID-19? Como os programas da Política de Assistência Estudantil influenciaram a continuidade dos estudos e contribuíram para a permanência dos estudantes? Qual é a importância desses programas nesse cenário?

Além disso, como os estudantes progrediram em suas trajetórias pessoais e profissionais após a conclusão do ensino médio? Para além dos aspectos educacionais envolvidos na assistência estudantil, era fundamental compreender as significações atribuídas pelos participantes. Também era essencial analisar como a assistência estudantil se relacionava com outras esferas da vida dos estudantes, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

Posto isto, as problematizações levantadas remetem aos objetivos específicos, a saber:

1. Investigar os efeitos dos programas de assistência estudantil na permanência dos estudantes durante o período de ensino remoto;

2. Compreender os efeitos pedagógicos dos programas de assistência estudantil no processo de escolarização dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio durante o ensino remoto;
3. Analisar os fatores que favorecem a permanência dos estudantes nos cursos integrados, considerando o contexto de ensino não presencial e os desafios impostos pela pandemia.

Embora o Programa Nacional de Assistência Estudantil seja uma política de alcance nacional, optou-se por focar no Regulamento da Assistência Estudantil do IFNMG, mais especificamente no Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes, e sua relação com a dinâmica estudantil em sua permanência, aprendizagem e bem-estar. Esse programa, direcionado aos estudantes de cursos presenciais, visa implementar ações que ofereçam suporte financeiro e acompanhamento aos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Para conduzir a investigação, foi escolhido um recorte geográfico, selecionando o Campus Avançado Janaúba. Este campus, onde atuo como pedagoga desde 2016, está localizado na região norte de Minas Gerais e possui relevância tanto na trajetória pessoal quanto profissional. A coleta de dados foi realizada junto ao setor responsável pelo processo de seleção dos estudantes para os programas de assistência, a fim de identificar os estudantes atendidos entre 2020 e 2021 nos cursos integrados para receber os auxílios financeiros.

Como já citado, durante os anos de 2020 e 2021, foram lançados editais como parte do Programa de Auxílio Emergencial COVID, destinados aos estudantes dos cursos presenciais do IFNMG, em resposta às dificuldades socioeconômicas agravadas pela pandemia. O objetivo desse programa era prover apoio financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade, visando garantir sua segurança e sucesso nas atividades educacionais não presenciais. Além do Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes, durante esse período de pandemia, foi instituído o Auxílio Digital, com o propósito de fornecer suporte tecnológico aos estudantes para participarem das aulas remotas.

Nesse sentido, considerando o período ocasionado pela pandemia de COVID-19, que se estendeu de março de 2020 até 5 de maio de 2022, ano em que a Organização Mundial da Saúde - OMS declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - ESPII referente à COVID-19, a análise da execução da Política de Assistência Estudantil adquire uma dimensão ainda mais relevante. A pandemia trouxe mudanças nas dinâmicas educacionais, impactando diretamente a forma como a assistência aos estudantes é oferecida

e, conseqüentemente, influenciando os resultados alcançados. Esse período específico foi escolhido para contextualizar a pesquisa diante das transformações ocorridas.

Assim sendo, o trabalho organiza-se em oito capítulos, conforme estrutura detalhada a seguir:

Na seção introdutória, apresento uma visão panorâmica do direcionamento do estudo, delineando seus objetivos e as questões que orientam a pesquisa.

No segundo capítulo, descrevo os métodos empregados na pesquisa, juntamente com as bases teóricas que embasam o trabalho. Além disso, os dados são analisados tanto qualitativa quanto quantitativamente, fundamentados no materialismo histórico-dialético.

A terceira seção traça um histórico do ensino profissionalizante desde o governo de Nilo Peçanha, destacando a formação das escolas voltadas para os filhos de trabalhadores, conhecidas como escolas de artífices, que deram início à rede de ensino profissionalizante.

No quarto capítulo, realiza-se uma análise preliminar de trabalhos acadêmicos relevantes para o tema, considerando as mudanças ocasionadas pela pandemia e a importância da assistência estudantil.

O quinto capítulo foca na análise demográfica dos candidatos à assistência estudantil, com o objetivo de compreender a composição daqueles que buscam esse benefício.

No sexto capítulo, explora-se a atuação do IFNMG na área da educação, especialmente na educação profissional e na promoção da inclusão.

No capítulo sete, são apresentados os resultados da pesquisa realizada com estudantes que vivenciaram a pandemia, destacando suas experiências no ensino remoto e discutindo a importância do auxílio financeiro emergencial, os motivos para sua busca e seus impactos.

Na conclusão, são apresentadas reflexões sobre as significações sociais dos envolvidos na política de permanência, buscando compreender a dinâmica entre seus significados e a utilização dos programas e ações relacionadas. Além disso, são discutidos os desafios enfrentados durante esse período e o impacto da política pública de permanência nas oportunidades de aprendizado e formação dos estudantes.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico segue uma abordagem fundamentada no materialismo histórico-dialético, uma perspectiva que busca compreender os fenômenos sociais a partir das condições materiais de vida e das relações sociais de produção que moldam a sociedade em diferentes momentos históricos (Pires, 1997).

Essa metodologia proporciona uma base para a compreensão do fenômeno. "Sob o princípio da historicidade, buscamos fazê-las dialogar com a realidade educacional brasileira" (Ramos, 2020, p. 147). Sob essa ótica buscamos analisar questões sociais com destaque para investigar as experiências dos estudantes em relação à política de assistência estudantil durante a pandemia de COVID-19, com enfoque no Campus Avançado Janaúba do IFNMG.

Dessa forma, o percurso metodológico adotado é multifacetado, pois inclui diversos elementos, como os dados coletados, a percepção dos participantes da pesquisa, a história do fenômeno estudado e os diversos fatores que os influenciam, contribuindo para uma reflexão mais ampla sobre as políticas educacionais e sua eficácia em momentos de crise.

Nessa perspectiva, oferece-se a oportunidade de compreender as dinâmicas sociais subjacentes à implementação e aos impactos da política de assistência estudantil durante a pandemia. Ao adotar essa perspectiva, reconhecemos que as condições materiais de vida e as relações de produção influenciam diretamente a forma como as políticas educacionais são concebidas, implementadas e vivenciadas pelos estudantes.

A metodologia do materialismo histórico oferece uma abordagem crítica para a análise de questões sociais complexas, sendo especialmente relevante para a pesquisa proposta nesta dissertação sobre a política de assistência estudantil durante a pandemia de COVID-19 no Campus Avançado Janaúba do IFNMG.

Ao adotar essa metodologia, podemos compreender como as relações de classe, as desigualdades econômicas e as estruturas institucionais influenciaram a forma como a assistência estudantil é concebida, implementada e experimentada pelos egressos. Em se tratando de um período de atividades não presenciais, uma abordagem dialética nos incentiva a considerar as contradições, as mudanças na implementação e execução da assistência estudantil ao longo da pandemia no Campus Avançado Janaúba.

Na perspectiva educacional, Demo (2000) destaca que, embora o apoio financeiro seja crucial para a permanência do estudante beneficiado, há questões que não podem ser totalmente solucionadas, especialmente em um ambiente educacional. O reconhecimento da importância do apoio financeiro para a permanência do estudante beneficiado é incontestável.

Esse apoio é vital ao mitigar as barreiras socioeconômicas que poderiam impedir a continuidade dos estudos. No entanto, é crucial compreender que o apoio financeiro por si só não é capaz de resolver todas as questões enfrentadas pelos estudantes, especialmente em um ambiente educacional complexo.

Dessa forma, podemos considerar que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes podem transcender o aspecto financeiro. Problemas como a falta de suporte emocional, dificuldades de adaptação escolar e questões de saúde mental podem persistir, mesmo com o apoio financeiro adequado para os estudantes do ensino médio. Além disso, devemos considerar que as desigualdades estruturais presentes no sistema educacional podem limitar o impacto do apoio financeiro. De acordo com as análises de Queirós (2022), fatores como acesso desigual a recursos educacionais, diferenças na qualidade da educação oferecida e barreiras institucionais podem persistir mesmo com o financiamento adequado. Assim, urge um esforço conjunto para enfrentar tais desigualdades sistêmicas e estruturais, visando garantir uma educação equitativa e inclusiva para todos os estudantes.

No contexto da busca pela equidade na educação, é fundamental fortalecer políticas públicas e sociais que abordam os desafios estruturais enfrentados pelos estudantes. Segundo Soares et al. (2015), é importante compreender os motivos que levam os estudantes a abandonarem o ensino médio, destacando questões como a qualidade da escola, a eficácia do trabalho dos professores, as dificuldades nas disciplinas e as características socioeconômicas. Além disso, fatores familiares, como condição socioeconômica, escolaridade dos pais e incentivo ao estudo, também influenciam a trajetória educacional dos estudantes.

A contradição entre a importância do apoio financeiro e suas limitações destaca a complexidade do desafio na busca pela equidade na educação. Embora o suporte financeiro seja fundamental para garantir a permanência dos estudantes na escola, diversos obstáculos persistem, incluindo questões estruturais relacionadas à qualidade educacional e ao contexto socioeconômico dos estudantes. Assim, se faz necessária uma abordagem que também contemple políticas educacionais e sociais que enfrentem as complexidades do ambiente escolar e promovam igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

A complexidade do ambiente escolar agravou-se durante a pandemia, tornando as oportunidades de igualdade mais distantes. Ao longo do período pandêmico, as dificuldades triplicaram, evidenciando a desigualdade como um dos principais problemas (Dias, 2021, p. 567).

Assim, a pesquisa adota uma abordagem analítica da realidade, com o objetivo de compreender as experiências, percepções e opiniões dos participantes por meio de um

questionário aberto. Essa metodologia flexível permite que os participantes expressem suas vivências, o que, por sua vez, possibilita a identificação de nuances e aspectos não considerados inicialmente, contribuindo para enriquecer a compreensão do fenômeno estudado. Complementada por análise documental, essa metodologia proporciona uma análise das questões relacionadas à política de assistência estudantil durante a pandemia.

Durante a análise dos dados coletados, foram observados não apenas os relatos individuais, mas também os padrões e contradições presentes nas respostas dos participantes. Essa análise permitiu identificar tendências, pontos de convergência, discordâncias e divergências nas experiências dos estudantes. A partir disso, foi possível construir uma compreensão sólida dos impactos da política de assistência estudantil no contexto da pandemia, considerando não apenas seus efeitos imediatos, mas também suas implicações de longo prazo na trajetória educacional e no bem-estar dos estudantes.

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa foi qualitativa, seguindo os princípios do materialismo histórico-dialético, com foco nas bases concretas da vida social, econômica e política.

Ao analisarmos as percepções dos estudantes beneficiados com o auxílio emergencial durante os anos de 2020 e 2021 e seu impacto na dinâmica escolar e familiar, aplicamos esse enfoque materialista para investigar diretamente como esse suporte financeiro influenciou suas condições materiais, como acesso a recursos financeiros, alimentação adequada e tecnologia para educação à distância.

Além disso, uma abordagem materialista envolve examinar as disparidades socioeconômicas que moldam as vivências dos estudantes, tais como desigualdades de renda e acesso desigual a serviços e oportunidades educacionais. Dessa maneira, compreendemos como esses fatores materiais exercem uma influência direta sobre o desempenho escolar, a participação na educação e o bem-estar global dos estudantes e suas famílias.

Em síntese, destaca-se a relevância das condições materiais e econômicas na análise e compreensão dos fenômenos sociais, incluindo as experiências dos estudantes impactados pelo auxílio emergencial durante a pandemia, conforme investigado nesta pesquisa.

Após a contextualização, os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa são apresentados, juntamente com os instrumentos utilizados. Eles são de suma importância para esclarecer as questões levantadas e para alcançar os objetivos estabelecidos no estudo.

2.1 Instrumentos de Pesquisa

Ao adotar uma abordagem combinada de métodos quantitativos e qualitativos, os instrumentos de pesquisa proporcionaram os recursos necessários para uma compreensão dos impactos da política de assistência estudantil durante a pandemia de COVID-19. Essa compreensão será crucial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de apoio aos estudantes.

A decisão de adotar uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, nesta pesquisa, surgiu como uma abordagem fundamentada na necessidade de compreender a complexidade da política de assistência estudantil em um contexto de crise sanitária. Como ressaltado por Fonseca (2002), a pesquisa quantitativa utiliza uma linguagem mais precisa para explicar um fenômeno e as relações entre variáveis. A combinação de métodos quantitativos e qualitativos proporciona uma visão das dinâmicas educacionais durante períodos de crise, como a pandemia de COVID-19.

A pesquisa, voltada para a análise das percepções dos discentes sobre a política de assistência estudantil no Campus Avançado Janaúba durante a ANP decorrente da pandemia, teve como objetivo principal contribuir para o aprimoramento das estratégias de apoio aos estudantes. Nesse sentido, a utilização conjunta das abordagens quantitativa e qualitativa, como apontado por Sposito et al. (2018), emerge como uma ferramenta valiosa para a compreensão dos desafios educacionais enfrentados em tempos de crise.

Na primeira fase da pesquisa, a aplicação de métodos quantitativos permitiu a coleta de dados sobre os estudantes beneficiados. Esses dados foram fundamentais para a definição dos perfis dos estudantes atendidos e para a identificação de fatores que influenciaram sua participação nos programas, conforme sugerido por Gil (2002). Por meio dessa análise sistemática, foi possível estabelecer uma base sólida para compreender os fenômenos em estudo.

Por outro lado, a pesquisa qualitativa explorou a subjetividade dos estudantes, buscando capturar suas experiências, percepções e interpretações da realidade (Adolfo, 2016). Essa abordagem permitiu compreender as necessidades e desafios enfrentados pelos estudantes, bem como do impacto da política de assistência estudantil em suas vidas e trajetórias educacionais. Como ressaltou Godoy (1995), a pesquisa qualitativa possibilita uma imersão no contexto em estudo..

Portanto, ao optar por uma abordagem mista, esta pesquisa buscou não apenas compreender a eficácia da política de assistência estudantil, mas também contextualizá-la dentro das experiências individuais dos discentes. A integração entre métodos quantitativos e qualitativos tem o intuito de fornecer contribuições para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de apoio aos estudantes do Campus Avançado Janaúba em momentos adversos como foi o da pandemia.

Considerando a metodologia proposta para a pesquisa, foi essencial delinear os instrumentos e materiais para a coleta de dados em alinhamento com os objetivos que guiaram todo o processo. Na primeira fase, o foco concentrou-se na pesquisa bibliográfica e na análise documental de documentos oficiais publicados no site do IFNMG oficiais (portarias, leis, decretos e editais e outros).

Também compõem este estudo dados do relatório de gestão do IFNMG no período entre 2020 e 2021, com foco nos estudantes atendidos pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, programa de assistência e apoio financeiro, e estudantes atendidos com auxílio para inclusão digital no IFNMG. Apresenta-se também os valores orçamentários para a assistência aos estudantes das unidades que integram o IFNMG em 2020 e 2021.

Essas etapas iniciais da pesquisa foram essenciais na construção dos alicerces necessários para investigar posteriormente a percepção dos estudantes, suas experiências durante o período de ensino não presencial e a eficácia dos programas de assistência estudantil, dos cursos técnicos integrados ao ensino médio em Vigilância em Saúde e Informática para Internet, que têm duração de 3 anos.

Seguindo as diretrizes de Gil (2002), a coleta de dados em dois grupos distintos: fontes de papel e dados fornecidos por pessoas, visa garantir uma coleta de dados organizada e sistemática, facilitando a análise posterior. Essa estruturação permite uma identificação clara das fontes de informação e promove uma análise mais objetiva e detalhada dos dados coletados.

Sendo assim, para ter acesso aos dados fornecidos por pessoas, estabeleceu-se comunicação com o Diretor Geral do Campi de Janaúba para obter autorização formal para proceder com a pesquisa entre os egressos no Campus Avançado Janaúba do IFNMG, e assim obter acesso ao sistema.CAJUI⁵, para localizar os contatos dos egressos.

⁵ Sistema Acadêmico Cajui é uma ferramenta institucional de gerenciamento dos dados acadêmicos e escolares do IFNMG e também para expedição de documentos relativos à vida escolar e acadêmica dos discentes

Durante esta etapa, consultamos as listagens de concluintes no sistema acadêmico Cajui. Infelizmente, nem todos egressos possuíam dados pessoais válidos. Além disso, os e-mails institucionais são desativados após a conclusão dos cursos, e alguns egressos não forneceram e-mails pessoais. Portanto, para alcançar o maior número possível de respondentes, foi necessário realizar contatos telefônicos. O acesso a esses dados foi crucial para coletar informações sobre os sujeitos da pesquisa em um nível de abrangência que dificilmente seria alcançado de outra forma, já que esses estudantes não possuem mais vínculos ativos com a instituição.

Os questionários abertos segundo Márcia Prezotti e Ana Paula Paes (2014), que enfatizaram que esse formato de questionário permite que os indivíduos foco do estudo compartilhem suas perspectivas de maneira mais ampla e expressiva. Os questionários são uma ferramenta fundamental para coletar dados específicos em uma pesquisa.

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa. Assim, a construção de um questionário precisa ser reconhecida como um procedimento técnico cuja elaboração requer uma série de cuidados, tais como: constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste do questionário (Gil, 2019, p. 121).

O modelo adotado neste estudo segue as proposições técnicas de Gil (2019), em que no processo de elaboração do questionário, etapas foram seguidas para garantir a coleta de dados. Primeiramente, os objetivos da pesquisa foram revisados e as perguntas foram formuladas de acordo, tanto para as questões abertas quanto para as fechadas, de modo a atender a esses objetivos. Em seguida, determinou-se cuidadosamente a forma e o conteúdo das perguntas, equilibrando a quantidade e a ordem para evitar sobrecarregar os respondentes. As alternativas das perguntas fechadas foram construídas de maneira abrangente, garantindo que abordassem todas as opções relevantes. A apresentação visual do questionário foi planejada para facilitar a compreensão e a resposta dos participantes. Por fim, foi realizado um pré-teste do questionário com um pequeno grupo para identificar e corrigir possíveis problemas antes da distribuição para o público-alvo. Essas etapas foram executadas para garantir a qualidade e a eficácia do questionário na coleta de dados para a pesquisa.

A seleção dos pesquisados foi feita inicialmente através da coleta das informações sobre os beneficiários dos auxílios financeiros. Identificamos os estudantes selecionados para receber assistência estudantil por meio de processos seletivos realizados entre 2020 e 2021, totalizando 86 ex-estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, que são o foco deste estudo e que receberam algum tipo de auxílio durante esse período, entretanto, mesmo após várias tentativas de comunicação, um grupo de estudantes não fez a devolutiva dos questionários. Sendo assim, 24 egressos permaneceram participando do estudo. O levantamento considerou ex-estudantes de todos os anos do ensino médio que frequentaram as aulas entre 2020 e 2021, incluindo aqueles que passaram um ou dois anos em ensino remoto.

Durante a etapa de análise das informações coletadas, o método de análise de conteúdo foi empregado para examinar as respostas abertas dos participantes, permitindo uma compreensão mais profunda das percepções e experiências dos envolvidos. Além disso, foram utilizadas técnicas estatísticas inferenciais para analisar os dados quantitativos obtidos por meio das perguntas fechadas do questionário. Essas técnicas permitiram identificar padrões, tendências e relações entre as variáveis estudadas, contribuindo para uma análise objetiva dos resultados fornecendo uma visão do impacto da pandemia de COVID-19 nas experiências dos ex-estudantes e na eficácia dos programas de assistência estudantil.

A análise realizada, a partir das respostas abertas permitiu observar realidades materializadas. Conforme destacado por Kronberger e Wagner (2002, p. 416), "As respostas abertas não ficam restritas às escolhas de categorias feitas pelo pesquisador, como nas respostas a perguntas fechadas. Por isso, elas propiciam um fácil acesso à compreensão espontânea dos respondentes com relação ao objeto em questão. Quando analisadas com cuidado, as respostas abertas podem ser transformadas em variáveis e juntadas ao conjunto dos dados quantitativos".

Na análise dos dados quantitativos, foi possível explorar as relações entre as variáveis e identificar padrões ou associações significativas. Os dados obtidos foram essenciais para a compreensão de vários aspectos do fenômeno em estudo, incluindo o tempo de ensino remoto dos estudantes, os tipos de auxílios financeiros recebidos durante a pandemia e o curso frequentado pelos participantes.

Sendo assim, a pesquisa explorou o impacto da pandemia de COVID-19 nas experiências dos egressos, particularmente no contexto dos programas da Política de Assistência Estudantil no IFNMG – Campus Avançado Janaúba, durante o período de atividades não presenciais. O objetivo era avaliar esses programas e sua influência na política de permanência dos estudantes. Com base nessa análise, foram identificadas áreas de

investigação para uma compreensão mais detalhada do fenômeno: Os programas da Política de Assistência Estudantil tiveram significativa contribuição na continuidade dos estudos dos estudantes do ensino médio integrado? Quais foram os principais desafios enfrentados pelos estudantes durante o período de atividades não presenciais decorrente da pandemia de COVID-19? Qual foi a percepção dos ex-estudantes sobre a eficácia e relevância dos programas de assistência estudantil para sua permanência?

O quadro seguinte introduz os participantes da pesquisa:

Quadro 1 - Dados gerais dos sujeitos da pesquisa

Gênero	Cor/raça/etnia:	Anos estudou em ANP	Recursos de aprendizagem online	Auxílios que recebeu.
Masculino	Branco	1 ano	Celular	Auxílio Permanência (2020)
Feminino	Branco	1 ano	Celular	Auxílio Permanência (2020)
Feminino	Branco	2 anos	Computador	Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)
Feminino	Preto	2 anos	Computador	Auxílio Digital (2020) Auxílio Digital (2021)
Masculino	Branco	2 anos	Computador	Auxílio Emergencial COVID-19 (2020) Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)
Masculino	Branco	2 anos	Computador	Auxílio Emergencial COVID-19 (2020) Auxílio Emergencial COVID-19 (2021) Auxílio Digital (2020) Auxílio Digital (2021)
Feminino	Pardo	2 anos	Computador	Auxílio Emergencial COVID-19 (2020) Auxílio Digital (2020)
Feminino	Preto	1 ano	Celular	Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)
Feminino	Branco	2 anos	Celular	Auxílio Permanência (2020)
Feminino	Preto	2 anos	Celular	Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)
Masculino	Pardo	2 anos	Tablet	Auxílio Emergencial COVID-19 (2020) Auxílio Emergencial COVID-19 (2021) Auxílio Digital (2020) Auxílio Digital (2021)
Feminino	Não desejo declarar	2 anos	Celular	Auxílio Emergencial COVID-19 (2020) Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)
Masculino	Pardo	2 anos	Celular	Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)
Feminino	Preto	1 ano	Celular	Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)
Feminino	Branco	2 anos	Computador	Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)
Masculino	Pardo	1 ano	Computador	Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)
Feminino	Pardo	1 ano	Celular	Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)
Masculino	Pardo	1 ano	Computador	Auxílio Permanência (2020)
Feminino	Pardo	1 ano	Computador	Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)
Masculino	Branco	1 ano	Celular	Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)

Feminino	Pardo	1 ano	Celular	Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)
Feminino	Branco	1 ano	Celular	Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)
Feminino	Pardo	1 ano	Celular	Auxílio Emergencial COVID-19 (2021) Auxílio Digital (2021)
Feminino	Branco	1 ano	Celular	Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

É relevante considerar as percepções dos egressos em sua formação educacional, visando identificar possíveis caminhos para situações semelhantes no futuro. As percepções fornecem uma visão representativa das experiências dos envolvidos, especialmente após uma etapa concluída de forma atípica e inesperada, o que torna o estudo pertinente.

3 REDE DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE: UM OLHAR A PARTIR DO GOVERNO DE NILO PEÇANHA

A evolução da educação no Brasil ao longo das últimas décadas tem sido marcada por uma série de mudanças significativas, refletidas na implementação de políticas públicas, programas e reformas pelo Estado. Estas medidas não apenas respondem a uma demanda social urgente, mas também visam corrigir equívocos históricos do passado.

Durante muito tempo, o acesso ao ensino médio não foi garantido a todos os jovens, especialmente durante o período do regime militar (1964-1985), quando a gratuidade do ensino médio era reservada apenas aos estudantes com excelente desempenho escolar e carência financeira. A Constituição de 1988 estabeleceu a expansão gradual do acesso ao ensino médio para todos os jovens, culminando em 1996 com a Emenda Constitucional que garantiu a universalização do ensino médio gratuito.

Apesar dos avanços rumo à universalização do ensino médio, ainda persistem lacunas que resultam na exclusão de muitos jovens das instituições de ensino. Uma lacuna histórica notável é a desconexão dos jovens em relação ao ensino profissionalizante. Esta desconexão remonta ao período de 1909 a 1910, quando Nilo Procópio Peçanha, então presidente do Brasil, estabeleceu Escolas de Aprendizes Artífices em todas as capitais do país. Estas escolas tinham como objetivo principal educar os filhos das classes menos privilegiadas, oferecendo educação primária combinada com formação técnica e intelectual, visando afastá-los da ociosidade, ignorância, vício e criminalidade (Brasil, 1909). O Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, emitido pelo Poder Executivo Federal, é considerado o ponto inicial da rede federal de ensino profissionalizante. Ao longo da história, o ensino médio manteve sua dualidade em relação às classes sociais.

Embora tenham ocorrido algumas tentativas de integração entre a área propedêutica e a educação profissionalizante, o maior avanço foi observado após 2008, com a expansão e gratuidade do ensino médio profissionalizante e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs.

Neste contexto, este capítulo propõe uma análise retrospectiva do ensino profissionalizante e sua integração ao ensino médio, desde as Escolas de Aprendizes Artífices criadas pelo presidente Nilo Peçanha. Serão abordadas algumas fases com maior detalhamento, especialmente a expansão da Rede Federal de ensino. Cabe ressaltar que essa linha do tempo não busca ser um registro histórico exaustivo e definitivo, mas sim uma

abordagem para compreender a importância da Educação Profissional e Tecnológica - EPT. O objetivo é discutir a relevância econômica e social da rede de Educação Profissional e Tecnológica, bem como do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG, na vida dos estudantes.

3.1 Escolas de Aprendizizes e Artífices: uma escola para os filhos de trabalhadores.

A educação propedêutica, ao longo da história brasileira, tem sido primariamente destinada à elite do país. Essa associação histórica é destacada por Thomas H. Kang (2017), que identifica a estrutura educacional brasileira como defasada devido a políticas elitistas. Entre 1930 e 1964, prevaleceu um favorecimento do ensino superior, enquanto o acesso à educação em massa permaneceu inadequado. Essa realidade revela a dualidade educacional presente no Brasil, onde a educação em massa abrange principalmente indivíduos das classes sociais com escasso capital econômico, cultural e social.

Nesse contexto, é relevante analisar a criação, reestruturação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT). As instituições federais de educação profissional tiveram sua origem em 1909, com a fundação das 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices (EAAs), visando qualificar profissionalmente as classes menos privilegiadas. No entanto, conforme observado por Silva (2015), essas escolas enfrentaram desafios devido a políticas educacionais que priorizavam grupos elitizados, considerando o ensino secundário como uma rota exclusiva para o ensino superior.

Inicialmente, as EAAs foram estabelecidas com o propósito fundamental de formar trabalhadores qualificados para atender às demandas da época, concentrando-se na instrução técnica e prática para ocupações artesanais e industriais. Essas escolas serviram para a capacitação de força de trabalho e na promoção de habilidades práticas em diversos setores produtivos, adaptando-se às necessidades das indústrias locais.

Ao longo das décadas, as EAAs expandiram-se e diversificaram suas ofertas educacionais, abrangendo campos como mecânica, eletrônica, marcenaria e costura, entre outros. Esse modelo de educação tinha como objetivo garantir a empregabilidade dos estudantes, capacitando-os com habilidades diretamente aplicáveis no mercado de trabalho da época.

No entanto, apesar do papel desempenhado pelas EAAs na formação profissional, elas também refletiam as desigualdades sociais e econômicas presentes na sociedade, com acesso limitado a determinados grupos. Isso destaca a necessidade contínua de buscar

equidade e democratização no acesso à educação profissionalizante, visando a inclusão de todos os segmentos da sociedade.

A trajetória das instituições de educação profissional no Brasil, desde as primeiras escolas até os dias atuais, ilustra não apenas o esforço para atender às demandas específicas de formação de mão de obra qualificada, mas também a importância de políticas que promovam a equidade educacional. Durante o período de 1934 a 1945, ocorreu a reforma Capanema, que promoveu uma reestruturação abrangente no ensino primário, secundário e superior, unificando-os sob a égide do Ministério da Educação e Saúde Pública. Essas medidas representaram um marco significativo na história da educação brasileira.. Essa reforma refletiu os interesses do governo em investir no campo industrial e intensificar a qualificação da mão de obra em consonância com o processo de industrialização em curso. A reforma educacional promovida pela Lei nº 378 em janeiro de 1937 foi um marco significativo desse período, reorganizando a estrutura educacional para atender às demandas emergentes da sociedade em transformação.

Em janeiro de 1937, a Lei nº 378 deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, na época era gerido por Gustavo Capanema. Com essa reforma a Superintendência do Ensino Industrial foi extinta, sendo substituída pela Divisão do Ensino Industrial. Essa mesma lei, que reestruturou o Ministério da Educação, extinguiu as escolas de Aprendizes Artífices e criou em seu lugar os liceus profissionais. O artigo 37 da referida lei determinou que a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União, fossem transformadas em liceus, destinados ao ensino profissional, em todos os ramos e graus (Cândido; Jucá; Silva, 2019, p. 9).

A atenção do Estado à qualificação da força de trabalho é ampliada com a implementação dos Liceus Industriais, em um contexto em que a Europa enfrentava não apenas um notável avanço industrial, mas também os desafios intensificados por uma segunda guerra mundial. Segundo Maximilian Lopes (2015), desde a promulgação da Constituição de 1937, as indústrias e sindicatos eram compelidos a estabelecer escolas de aprendizes para os filhos de seus operários ou associados, fomentando um compromisso que resultava na obrigatoriedade para indústrias com mais de 500 empregados em oferecer refeitórios e cursos de aperfeiçoamento profissional aos trabalhadores. Vale destacar que o sistema educacional da época era estruturado por três decretos legislativos, sendo o Decreto-Lei nº 19.851, datado de 1931, o responsável por regular o ensino superior. O ensino primário, ministrado gratuitamente nas escolas públicas, era obrigatório para crianças de 7 a 12 anos, enquanto o ensino secundário, destinado a jovens a partir dos 12 anos, compreendia cinco ramos, incluindo preparação para o ensino superior e formação de mão de obra qualificada para os

principais setores produtivos, como o ensino industrial, comercial, agrícola e normal, este último voltado à formação de professores para o ensino primário (Brasil, 2022).

Figura 1 – Linha histórica da Instituição Federal de Ensino de 1959 até 1982.

Ano	Nome	Oferta	Objetivo formativo
1959	Escolas Técnicas Federais e Escolas Industriais Federais	Escolas Técnicas Federais - Cultura geral; - iniciação técnica; - cursos de aprendizagem; - curso básico; - cursos técnicos. Escolas de Ensino Industrial federais: - cursos de aprendizagem; - curso básico, de quatro séries; - cursos técnicos, de quatro ou mais séries.	- permitir ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos; - preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio; - ampliar os fundamentos de cultura, explorar as aptidões do educando e desenvolver suas capacidades; - assegurar a formação de técnicos para o desempenho de funções de imediata assistência a engenheiros ou a administradores ou para o exercício de profissões em que as aplicações tecnológicas exigem um profissional dessa graduação técnica.
1994	Centro Federal de Educação Tecnológica.	- cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores; - educação de jovens e adultos; - ensino médio; - educação profissional técnica de nível médio; - ensino superior de graduação e de pósgraduação lato sensu e stricto sensu;	- formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa aplicada.
2008	Institutos Federais.	- educação superior, básica e profissional, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino; - verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior; - educação profissional técnica de nível médio; - cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores - educação superior: a) cursos superiores de tecnologia; b) cursos de licenciatura; c) cursos de bacharelado e engenharia; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado.	- Formar e qualificar cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; - A capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; - Formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; - Formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

Fonte: Adaptado de Guerra, Nunes, Pontes, Santos, 2020, p.49.

No período compreendido entre 1959 e 1982, coincidindo com o regime ditatorial militar no Brasil, foram testemunhadas mudanças significativas na estrutura da rede federal de ensino profissionalizante. Estas mudanças foram impulsionadas pela promulgação da Lei nº 4.024/61, que marcou a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, representando um marco fundamental. Uma consideração crucial neste contexto é a aspiração

da classe média pelo acesso ao ensino superior como um meio de ascensão ou manutenção de status social. A lei foi motivada a permitir que os estudantes em cursos de educação profissional tivessem a oportunidade de prosseguir seus estudos no nível superior. Além disso, a lei facilitou a expansão das universidades privadas, como destacado por Matos (2015).

Em 1967, durante o contexto descrito, as antigas "Fazendas-modelo"⁶, instituições de ensino agrícola originadas em Minas Gerais em 1906, foram transferidas do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, assumindo a denominação de escolas agrícolas. A evolução da Rede Federal seguiu um caminho de transformação progressiva, culminando na transição das escolas técnicas federais e das escolas agrícolas federais para Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET. A consolidação deste processo ocorreu em 1994, por meio da Lei nº 8.948, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 representou um marco ao abordar a educação profissional técnica, ampliando seu acesso a diferentes segmentos da sociedade. Nesse contexto, a LDB de 1996 reconheceu a formação técnica como parte fundamental do processo educacional, possibilitando que os trabalhadores adquirissem habilidades práticas essenciais não apenas para o mercado de trabalho, mas também para uma participação ativa na sociedade.

Em 2008 a Lei nº 11.741 promoveu alterações na LDB ao introduzir o Capítulo II, "Da Educação Profissional e Tecnológica", e a Seção IV-A, específica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, fortalecendo ainda mais a educação profissional. Essas mudanças impulsionaram uma nova dinâmica na educação técnica, particularmente nos Institutos Federais, onde o ensino propedêutico passou a ser ministrado de forma integrada com a parte técnica. Essa abordagem permitiu que os estudantes concluíssem seus cursos com duas habilitações: ensino médio e formação técnica, proporcionando-lhes uma base sólida tanto para o prosseguimento nos estudos quanto para a inserção no mercado de trabalho.

A integração entre ensino médio e técnico representa um avanço significativo para atender às necessidades educacionais dos trabalhadores, enquanto destaca a dualidade histórica entre trabalho intelectual e técnico. No entanto, esta dualidade enfrenta desafios, como observado por Moura (2014), a busca por uma formação que promova tanto a cidadania quanto a profissionalização ainda é objeto de debates. Ramos (2017) enfatiza a importância de

⁶ Para saber mais sobre Fazendas-modelo, ver VERSIEUX, Daniela Pereira; GONÇALVES, Irlen Antônio A criação das fazendas-modelo em Minas Gerais: uma política pública para a educação profissional agrícola na Primeira República (1906-1914).Revista de História Regional 18(1): 125-151, 2013.

uma formação abrangente, que promova o desenvolvimento integral dos indivíduos em todas as dimensões.

Apesar das transformações ocorridas ao longo desse percurso, é imprescindível reconhecer que elementos da dualidade persistem nas instituições educacionais, refletindo aspectos sociais, políticos e econômicos de diferentes períodos do Brasil. A integração legal do ensino profissional representa um marco no movimento legislativo que moldou a trajetória da rede de ensino profissional até a configuração atual do sistema educacional.

Na próxima seção, abordaremos a configuração do IFNMG, com enfoque na criação e expansão do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

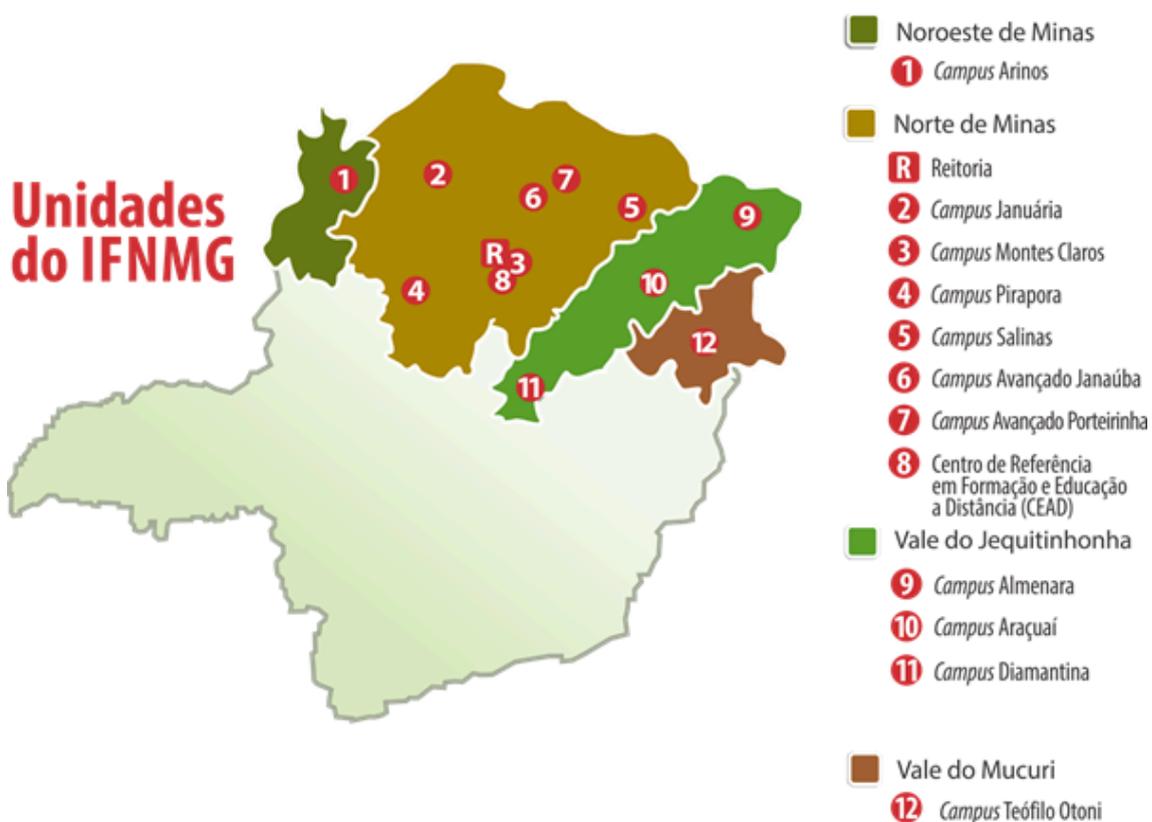
3.2 A criação e expansão norte mineira: onde estamos?

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais abrange as mesorregiões do Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Norte e Noroeste, a instituição atende 196 municípios. Atualmente, o instituto conta com 11 Campi distribuídos em diferentes localidades: Araçuaí, Almenara, Arinos, Diamantina, Janaúria, Montes Claros, Janaúba, Pirapora, Porteirinha, Salinas e Teófilo Otoni. Além disso, fazem parte do IFNMG o Centro de Referência em Educação a Distância (CEAD) e a Reitoria, cuja sede é na cidade de Montes Claros.

A expansão do IFNMG foi delineada de acordo com a política educacional voltada para a formação profissional. Esse processo iniciou com a Chamada Pública MEC/SETEC nº 001, em 24 de abril de 2007, onde o Ministério da Educação, em nome da União, abriu oportunidades para propostas visando a implementação de 150 novas Instituições Federais de Educação Tecnológica, conhecida como Fase II. Essa fase estava inserida no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, lançado durante a gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A trajetória de expansão da Rede Federal de Educação testemunhou um crescimento exponencial, passando de 140 unidades em 2002 para 354 até 2010, culminando em 562 unidades em 2014 e 643 unidades (Matos, 2018).

O IFNMG conta com dois campi que possuem uma história rica na educação profissionalizante. Através dessas narrativas mais antigas, torna-se possível compreender a história e relevância da mesorregião onde está inserido o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

Figura 2 – Mapa do IFNMG no Estado de Minas Gerais



Fonte: Site Institucional do IFNMG.

O Campus Januária, localizado a 6 km do centro da cidade, representa um importante marco na educação profissional no Instituto Federal de Educação do Norte de Minas. Desde sua fundação em outubro de 1960, marcando o início de uma história que já se estende por mais de seis décadas. Esse período inaugural foi estabelecido por meio de um convênio entre os Governos Federal e Estadual, coincidindo com o centenário de Januária. Desde então, a instituição tem dedicado mais de 60 anos ao desenvolvimento educacional. Antes de se tornar um campus, a escola passou por uma notável transformação, evoluindo da Escola Agrotécnica Federal de Januária para o Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária, conhecido também como CEFET Januária.

Por sua vez, o Campus Salinas, fundado em 2 de setembro de 1953, emergiu como Escola de Iniciação Agrícola de Salinas, resultado dos esforços do então deputado federal Dr. Clemente Medrado Fernandes. A instituição carrega consigo uma trajetória de 70 anos, o campus enraizou-se profundamente na região.

Ambas as instituições passaram por uma série de denominações ao longo das décadas até integrarem a rede federal por meio da Lei nº 11.892, promulgada em 29 de

dezembro de 2008. Esta lei, cria o IFNMG e mais 37 novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todos os estados do Brasil.

O Campus Januária oferece uma variedade de cursos, incluindo Técnico em Agropecuária - Integrado, Técnico em Edificações - Concomitante/Subsequente, Técnico em Enfermagem – Subsequente, Técnico em Informática - Concomitante/Subsequente, Técnico em Informática para Internet – Integrado, Técnico em Meio Ambiente – Integrado, Manutenção e Suporte em Informática - Concomitante/Subsequente, Bacharelado em Administração, Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental, Bacharelado em Engenharia Agrônômica, Bacharelado em Engenharia Civil, Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

O Campus Salinas, por sua vez oferece uma gama diversificada de cursos, tais como Técnico em Agroindústria - Integrado, Técnico em Agropecuária - Integrado, Técnico em Informática - Integrado, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química, Licenciatura em Física, Licenciatura em Pedagogia, Tecnologia em Produção de Cachaça, Bacharelado em Medicina Veterinária, Bacharelado em Engenharia Florestal, Bacharelado em Engenharia de Alimentos e Bacharelado em Sistemas de Informação.

Ambos os campi ofertam cursos integrados com o ensino médio, caracterizados por um currículo sequencial com duração de três anos. As aulas são ministradas em período integral, abrangendo os turnos da manhã e tarde.

A história desses campi está intrinsecamente ligada ao arranjo produtivo da região em que estão inseridos. O Campus Salinas tem cursos que remontam à década de 70, estabelecendo uma conexão íntima com a identidade agrícola e econômica da cidade. Por outro lado, o Campus Januária tem suas raízes na Escola Agrotécnica, destinada a proporcionar educação aos filhos de pequenos produtores rurais e indivíduos marginalizados, refletindo as necessidades e o potencial da comunidade rural.

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, por meio de seus campi, ampliou significativamente a oferta de cursos em diversas modalidades. Com opções que vão desde cursos técnicos de nível médio até pós-graduação, o instituto se dedica a promover uma educação de qualidade, alinhada às demandas locais e regionais.

Na região norte mineira, cinco campi se destacam, caracterizando-se pela sua juventude. O Campus Montes Claros iniciou suas atividades pedagógicas em 6 de dezembro de 2010. A partir de 2012, o campus passou a contar com uma sede própria, com a edificação

realizada pelo CEFET – MG com recursos repassados pelo Ministério da Educação do Governo Federal (MEC).

Por sua vez, o Campus Pirapora do IFNMG iniciou a construção de sua sede no segundo semestre de 2009, concluindo-a no semestre subsequente (2010). Sua inauguração oficial ocorreu em 29 de novembro de 2010, em uma cerimônia realizada no Palácio do Planalto, Brasília/DF. O evento contou com a presença do então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, e do ministro da Educação, Fernando Haddad. A solenidade coincidiu com a apresentação do Plano Nacional de Educação - PNE, 2011 – 2020, e a inauguração simultânea de 25 campi das Universidades Federais e 30 campi dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Campus Avançado Porteirinha teve sua origem em 12 de março de 2015 e sua inauguração oficial ocorreu em 6 de maio de 2016, conforme registrado na Portaria nº 378 do Ministério da Educação.

O Campus Avançado Janaúba começou suas atividades com a apresentação em uma audiência pública realizada em 16 de maio de 2014. As atividades escolares e administrativas começaram nas instalações do CAIC - Centros Integrados de Atendimento à Criança e Adolescente em Janaúba. Atualmente, o campus está situado em prédio próprio.

Na região do Vale do Jequitinhonha, três campi integram o IFNMG. O Campus Almenara, como um dos representantes do Vale, teve sua criação viabilizada por meio da Chamada Pública MEC/SETEC nº 001 de 24 de abril de 2007. A cidade de Almenara, além de doar o terreno, auxiliou na preparação da infraestrutura. O campus foi autorizado a funcionar por meio da Portaria do Ministro Fernando Haddad nº 108, de 29 de janeiro de 2010, e o primeiro dia de aula ocorreu em 5 de outubro de 2010.

O Campus Araçuaí teve sua pedra fundamental lançada em setembro de 2008, sendo oficialmente criado através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Autorizado a funcionar por meio da Portaria Ministerial nº 111, de 29 de janeiro de 2010, iniciou suas atividades pedagógicas em 8 de março de 2010.

O Campus Diamantina atualmente, funciona de forma provisória no Câmpus I da UFVJM até que o campus próprio esteja pronto.

No Vale do Mucuri, encontra-se o Campus Teófilo Otoni. Suas atividades tiveram início no 1º Semestre de 2015. O Campus Teófilo Otoni foi autorizado a funcionar pela Portaria 375, de 09 de maio de 2016, do Ministro da Educação.

Na região noroeste mineira, destaca-se o Campus Arinos. Suas atividades de ensino tiveram início em fevereiro de 2009, fruto de um convênio entre o IFNMG, as Secretarias de

Educação do Estado de Minas Gerais e do Município de Arinos. Após um ano de funcionamento, em 1º de fevereiro de 2010, o Campus Arinos recebeu a autorização de funcionamento por meio da Portaria MEC nº 113, de 29 de janeiro de 2010. O campus atende a uma microrregião composta por nove municípios.

Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos campi no norte de Minas Gerais, a oferta de cursos em diversas modalidades foi ampliada. O Instituto oferece cursos técnicos de nível médio, presenciais e a distância, cursos técnicos PROEJA, FIC, cursos superiores e pós-graduação, todos gratuitos.

4 REVISANDO PERSPECTIVAS E ABORDAGENS INICIAIS

No presente capítulo, foi realizada uma análise preliminar de trabalhos acadêmicos com o intuito de identificar referências pertinentes ao tema em questão, reconhecendo a possibilidade da existência de outros trabalhos relevantes que demandam consideração em uma revisão mais abrangente da literatura. Apesar do escopo limitado da amostra examinada para compreender as perspectivas e abordagens existentes, o objetivo foi destacar os principais pontos de vista e argumentos presentes na literatura disponível sobre o tema, mesmo que estes fossem representados por um conjunto restrito de trabalhos.

Neste contexto, foi crucial considerar as mudanças e desafios trazidos pela pandemia. A pandemia evidenciou as profundas desigualdades existentes no país, demandando ações urgentes para enfrentar desafios como a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação e o combate à pobreza, entre outros aspectos que afetam diferentes grupos e contextos sociais (Cunha et al., 2022).

Considerando o período de 2020 e 2021 como uma situação atípica, marcado pela pandemia e pela transição para o ensino remoto, foi possível vivenciar de forma pessoal os desafios enfrentados pelos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a importância da assistência estudantil como um suporte crucial para sua permanência e sucesso escolar.

Ao delimitar o objeto de pesquisa, concentrei-me na busca por textos que discutiam os efeitos da pandemia na educação, especialmente no ensino médio integrado, e sua relação com a política de assistência estudantil. Realizei, então, uma revisão de trabalhos, priorizando aqueles que tratavam especificamente dessa abordagem.

Os trabalhos selecionados abordaram a interseção entre pandemia, assistência estudantil, ensino médio e institutos federais, muitos dos quais estavam disponíveis na plataforma Google Acadêmico. Vale ressaltar que esse tema é complexo e interdisciplinar, abrangendo diversas áreas do conhecimento.

Essa abordagem se alinhou à escolha de concentrar-me nos estudos relacionados ao ensino médio e à pandemia na rede federal de ensino. Embora nem todos os estudos estejam aqui mencionados, a intenção foi traçar caminhos que convergem para a melhoria das políticas públicas e para promover mudanças sociais e educacionais.

A opção por trabalhos publicados após 2020 justificou-se pelo contexto da pandemia e seu impacto nas políticas de inclusão e assistência estudantil. Durante os anos de 2020 e

2021, houve um aumento significativo na conscientização e implementação de políticas destinadas a promover a inclusão e acessibilidade no ensino em meio à pandemia.

Além disso, a seleção desses trabalhos mais recentes esteve estreitamente associada ao fato de que as instituições mencionadas no estudo estão diretamente vinculadas à rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, abordando especificamente a eficácia das políticas de assistência estudantil, especialmente diante de desafios como a pandemia de COVID-19.

Quadro 2 - Descobertas bibliográficas

Autor	Ano	Título	Problemática	Descobertas
BUENO, M. B. et al.	2022	Ensino Remoto para Estudantes do Público-Alvo da Educação Especial nos Institutos Federais.	Como esse contexto impactou o planejamento do ensino, da acessibilidade e a permanência nos IFs. Deste modo, o presente estudo tem como objetivo analisar a prática do planejamento educacional para os estudantes PAEE nos IFs no contexto da pandemia da Covid-19.	Os Institutos Federais enfrentam desafios para oferecer ensino acessível a alunos com necessidades específicas, mesmo com recursos limitados. A falta de formação para a docência de muitos professores intensifica essa dificuldade. A pandemia e o ensino remoto evidenciaram ainda mais as desigualdades de acesso à tecnologia e conhecimento. Professores estão buscando soluções coletivas para adaptar o ensino remoto às necessidades dos alunos, incluindo aqueles com necessidades específicas. No entanto, a falta de apoio de profissionais especializados e de regulamentação adequada das práticas educacionais individuais dificulta essa tarefa.
TEIXEIRA, A. D. L. et al.	2022	Políticas de Assistência Estudantil, no Contexto da Pandemia da Covid-19, para Permanência Discente	Analisar as contribuições das políticas de assistência estudantil no IF Baiano, campus Teixeira de Freitas, para a permanência dos estudantes no contexto da pandemia da Covid-19.	A política de assistência estudantil do IF Baiano foi ajustada para atender às necessidades dos estudantes durante a pandemia, incluindo auxílio financeiro e programas de inclusão digital. Apesar de enfrentar desafios como cortes orçamentários, a assistência contribuiu para a inclusão e permanência dos estudantes. Sugere-se melhorias, como ampliar o orçamento e fortalecer o acompanhamento da política. Os autores enfatizam a importância de avaliações contínuas das políticas públicas e incentivam novas pesquisas na área social.
SAKAI, Catarina Prado	2021	Assistência Estudantil Durante a Pandemia do COVID-19: Fortalecimento de Vínculos e	Como as instituições de ensino, especificamente o IF Baiano campus Senhor do Bonfim, adaptaram suas	A implementação de estratégias de assistência estudantil, como as rodas de conversas virtuais denominadas CAEntrenós, que se mostraram eficazes na promoção do fortalecimento de vínculos, no acolhimento dos estudantes e na oferta de suporte psicossocial durante

		Suporte Psicossocial	práticas e desenvolveram estratégias para promover o bem-estar, a formação cidadã e política dos estudantes, além de oferecer suporte psicossocial durante o período de suspensão das atividades presenciais devido à pandemia.	a pandemia do COVID-19. Essas iniciativas contribuíram para aproximar os estudantes do IF Baiano campus Senhor do Bonfim, estimular fatores protetivos da saúde física e mental, e proporcionar um espaço de apoio, motivação e acolhimento em um momento de agravamento das vulnerabilidades sociais e individuais devido à crise sanitária global.
MORAE S, A. dos S. et al.	2022	A gestão da política de assistência estudantil do instituto Federal Baiano durante a Pandemia da COVID-19	Investigar de que forma a gestão da Política de Assistência Estudantil (PAE) no Instituto Federal Baiano tem colaborado para mitigar os impactos ocasionados pela Pandemia da COVID-19	A conclusão final aponta que a Política de Assistência Estudantil (PAE) no Instituto Federal Baiano tem contribuído, em certa medida, para que os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica percebam os meios materiais necessários ao seu bem-estar biopsicossocial e educacional, colaborando assim para a permanência e êxito dos estudantes beneficiados pela política pública. Destaca-se a importância da PAE na superação de obstáculos ao desempenho escolar exitoso e a necessidade de aperfeiçoamento e fortalecimento dessa política.
LESSA, M. B. et al.	2022	A garantia do direito à educação dos adolescentes do IFG Águas Lindas no contexto de pandemia do coronavírus	A dificuldade enfrentada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás em garantir o direito à educação dos adolescentes durante a pandemia do coronavírus.	Os achados do estudo sobre a garantia do direito à educação dos adolescentes matriculados nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - campus Águas Lindas durante a pandemia do coronavírus revelaram um aumento significativo no número de adolescentes trabalhadores entre os estudantes, destacando a importância dos auxílios estudantis para a manutenção deles na escola. Além disso, foram identificadas dificuldades de acesso aos serviços de saúde, aumento dos casos de ansiedade e a não identificação de adolescentes do Campus nos casos de subnotificações de episódios de violências contra crianças e adolescentes, ressaltando a necessidade de apoio e assistência para garantir o direito à educação em meio aos desafios enfrentados.
PAULO, J. R. de et al.	2023	Contribuições das ações de atenção e assistência	As contribuições das ações de atenção e	As ações de atenção e assistência oferecidas pelos profissionais fizeram diferença e impactaram

		estudantil durante o ensino remoto emergencial: algumas reflexões	assistência estudantil durante o Ensino Remoto Emergencial no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Campus Ribeirão das Neves, especialmente no contexto da pandemia de covid-19.	positivamente a vida dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Foi ressaltado que os estudantes não foram abandonados durante a pandemia de covid-19, evidenciando a importância das ações realizadas pela equipe técnica e administrativa da instituição. Além disso, foi mencionado que a pandemia estimulou a adoção de ações diferenciadas no âmbito da política educacional, levando os profissionais a se reinventarem e inovarem no atendimento e na flexibilidade, enquanto os discentes tiveram que se adaptar a novas formas de aprendizagem
FREITAS, F. A. de et al	2022	A educação profissional e tecnológica em tempos de pandemia: um estudo das estratégias de gestão do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) durante o ensino remoto emergencial (ERE).	Como os gestores lidam com os desafios do ERE, incluindo a transição do ensino presencial para o online, as questões de desigualdade estrutural que afetaram a implementação do ERE, como a falta de conectividade à internet e a falta de recursos tecnológicos, e a necessidade de capacitação dos profissionais de ensino para o uso de ferramentas digitais.	Os desafios enfrentados, como a desigualdade estrutural entre os alunos, a falta de recursos institucionais e a necessidade de qualificação dos profissionais para o uso de meios digitais, os gestores do IFMG demonstraram atenção e intencionalidade em garantir a continuidade da educação de qualidade durante o período de ensino remoto. A combinação de estratégias adotadas pelos gestores do IFMG permitiu o cumprimento da missão de oferecer uma educação de qualidade na Educação Profissional e Tecnológica, com foco na formação omnilateral dos estudantes, mesmo em um contexto desafiador como o da pandemia.
DE ALMIRANTE, A. G.; FERREIRA, D. S. F.	2023	Diversos olhares sobre a permanência e êxito dos estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste	Compreender os desafios enfrentados pelos estudantes, a função dos professores e da equipe educacional, e os resultados obtidos ao estudar o percurso exitoso desses estudantes.	A permanência e êxito dos estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste destacam a relevância dos fatores pessoais, institucionais e familiares na trajetória educacional dos estudantes. Fatores como a força de vontade, determinação, apoio familiar, qualidade do ensino oferecido pela instituição e programas de assistência estudantil foram identificados como fundamentais para a permanência e sucesso escolar dos alunos. Além disso, a importância do apoio motivacional, reconhecimento pelo esforço dos estudantes e das motivações pessoais foi ressaltada

				como elementos essenciais para a conclusão dos cursos. Os resultados apontam para a necessidade de ações que promovam o engajamento dos estudantes, o fortalecimento dos laços familiares e a melhoria contínua dos programas institucionais, visando garantir uma educação de qualidade e a efetiva permanência dos alunos nos cursos técnicos integrados ao ensino médio.
--	--	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Durante a pandemia da Covid-19, os Institutos Federais enfrentaram desafios significativos para garantir a continuidade da educação, especialmente para os estudantes com necessidades específicas. O estudo de Teixeira et al. (2022) examinou de perto as políticas de assistência estudantil implementadas no IF Baiano, campus Teixeira de Freitas, como resposta a esses desafios. Eles observaram que, apesar das limitações orçamentárias, a assistência foi ajustada para atender às necessidades dos estudantes, oferecendo não apenas apoio financeiro, mas também programas de inclusão digital. Essas medidas demonstraram ser essenciais para garantir a inclusão e a permanência dos estudantes durante o período de ensino remoto.

Além disso, o estudo de Sakai (2021) revelou como o IF Baiano, campus Senhor do Bonfim, adotou estratégias de assistência estudantil para promover o bem-estar dos estudantes durante a suspensão das atividades presenciais. Entre essas estratégias, as rodas de conversas virtuais se destacaram, proporcionando um espaço de apoio, motivação e acolhimento em um momento de crise sanitária global. Essas iniciativas não apenas fortaleceram os laços entre os estudantes, mas também estimularam fatores protetivos da saúde física e mental para enfrentar os desafios emergentes.

Além disso, o estudo de Moraes et al. (2022) examinou como a gestão da política de assistência estudantil no Instituto Federal Baiano contribuiu para mitigar os impactos da pandemia. Eles concluíram que essa política proporciona aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica os meios necessários para seu bem-estar e sucesso educacional. Essa constatação ressalta a importância da assistência estudantil como um instrumento essencial para garantir a inclusão, a permanência e o êxito dos alunos, especialmente em momentos de crise como a pandemia da Covid-19.

Outros estudos listados no quadro 1 indicam que a inclusão educacional durante o ensino remoto emergencial foi tema de discussão em várias pesquisas recentes, que destacam

uma variedade de desafios e considerações relevantes. Ao examinar esses estudos, é possível identificar aspectos comuns, assim como diferenças significativas que demandam atenção.

Nos referidos trabalhos destacam-se que a inclusão educacional durante o ensino remoto emergencial foi objeto de discussão em diversos estudos recentes, que apontaram para uma série de desafios e considerações importantes. Ao analisarmos esses estudos, pudemos identificar pontos em comum.

Um ponto comum entre os estudos foi a ênfase na importância da diferenciação e adaptação do ensino remoto para atender às necessidades dos estudantes do público-alvo da educação especial. Os autores reconheceram a necessidade de garantir a inclusão e o acesso igualitário à educação, adaptando as práticas pedagógicas às especificidades de cada deficiência.

Além disso, houve consenso sobre a necessidade de formação e apoio de profissionais especializados para auxiliar os docentes na implementação de práticas inclusivas e diferenciadas no ensino remoto. Bueno et al. (2022), em seu estudo sobre o ensino remoto para estudantes do público-alvo da educação especial nos Institutos Federais, destacaram a falta de formação adequada dos professores para lidar com as demandas dos alunos com necessidades específicas, ressaltando que esse despreparo foi visto como um obstáculo significativo para a eficácia da educação inclusiva, especialmente durante o ensino remoto.

No entanto, surgiram divergências quando se tratou da falta de padronização e diretrizes nacionais para planos de ensino individualizados. Almirante e Ferreira (2023) apontaram para essa lacuna como um obstáculo para garantir a qualidade do ensino oferecido aos estudantes com deficiência, enquanto sugeriram que a flexibilidade poderia permitir uma abordagem mais adaptável e centrada no aluno.

Outro ponto de divergência diz respeito à participação dos estudantes na tomada de decisão sobre estratégias de ensino. Segundo Silva (2020), em sua pesquisa evidenciou que uma parcela significativa de professores tende a interagir com os alunos com deficiência de forma similar aos demais, o que sugere uma falta de reconhecimento das necessidades individuais e da diversidade presente na sala de aula. Essa abordagem uniforme pode representar um obstáculo para o ensino inclusivo, sobretudo no contexto do ensino remoto, onde a personalização do ensino é essencial. Essa constatação destaca a complexidade do contexto educacional da época e a necessidade de encontrar abordagens inclusivas que levem em consideração a diversidade dos estudantes e os desafios enfrentados pelos professores.

Por fim, todos os estudos reconhecem os desafios enfrentados pelos docentes em ajustar o ensino remoto às necessidades dos alunos, especialmente diante das desigualdades

de acesso à tecnologia e à informação. No entanto, as abordagens para lidar com esses desafios variam, com alguns autores enfatizando a necessidade de recursos adicionais e suporte técnico, enquanto outros destacam a importância da criatividade e da adaptação às circunstâncias..

Os estudos revisados destacam a importância crucial da assistência estudantil durante a pandemia da Covid-19. A análise desses estudos evidenciou que as políticas de assistência estudantil implementadas, como aquelas examinadas por Teixeira et al. (2022), foram fundamentais para garantir a inclusão, permanência e sucesso escolar dos alunos em meio ao ensino remoto. Além disso, a gestão eficaz dessas políticas mitiga os impactos da pandemia, proporcionando meios essenciais para o bem-estar e o progresso escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Portanto, os estudos destacam a necessidade contínua de políticas e práticas de assistência estudantil para enfrentar os desafios emergentes na educação, especialmente em tempos de crise, reforçando a importância de uma abordagem colaborativa e inclusiva para garantir o sucesso de todos os estudantes.

5 EXPLORANDO A DEMOGRAFIA E PADRÕES DE INSCRIÇÃO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Este texto tem como objetivo traçar um perfil dos estudantes que demonstraram interesse na assistência estudantil em 2021, explorando sua demografia em conjunto com a interseção por curso e contexto socioeconômico familiar. O estudo concentra-se nas intenções de inscrição antes da análise das aprovações ou indeferimentos.

O estudante que enfrenta situação de vulnerabilidade socioeconômica, sofre com a falta de condições financeiras, muitas das vezes, precisa trabalhar para colaborar com o sustento da família, tendo que contribuir com o orçamento doméstico (Cunha et al., 2022, p. 5). No campo educacional, a Política Nacional de Assistência Estudantil PNAES é necessária para abranger não apenas o ensino superior, mas também o ensino médio e outras modalidades oferecidas pelos campi desde 2015. Essa expansão reflete o compromisso em fornecer suporte aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, alinhando-se ao propósito fundamental deste estudo.

Em 2021, devido à persistência do isolamento social e em conformidade com as normas de saúde, as inscrições foram realizadas de forma remota, utilizando formulários online. Ao analisar os dados dos inscritos, a intenção é traçar o perfil dos estudantes que manifestaram interesse na assistência estudantil neste período.

O objetivo desta análise é proporcionar uma compreensão mais precisa das características demográficas e da situação socioeconômica dos estudantes que buscam apoio por meio da assistência estudantil. Ao compreender melhor esse perfil, podemos ter uma visão mais clara dos estudantes do Campus Avançado Janaúba. Em 2021, o número de inscritos no processo de seleção da assistência estudantil foi de 120, em um contexto em que a instituição oferecia três cursos naquele ano: o Curso Técnico em Administração na modalidade subsequente, e os cursos integrados ao ensino médio em Vigilância em Saúde e Informática para Internet.

Assim, com o intuito de organizar as informações, começamos analisando inicialmente o perfil dos estudantes inscritos no curso subsequente e, posteriormente, nos integrados, por meio de dados estratificados das inscrições realizadas por modalidade de curso.

5.1 Análise demográfica e socioeconômica

A análise demográfica dos candidatos à assistência estudantil busca proporcionar uma compreensão da composição daqueles que buscam esse benefício. Nos dados coletados, são considerados aspectos como gênero, modo de ingresso no curso e análise socioeconômica, incluindo a renda familiar total e per capita declarada durante a inscrição. Essas informações são cruciais para identificar as características demográficas dos requerentes e tentar entender o cenário de vida destes estudantes. O contexto socioeconômico e familiar dos candidatos é fundamental para direcionar políticas e ações que promovam a igualdade de oportunidades e o acesso à educação de qualidade para todos.

Optamos por uma análise demográfica do Curso Técnico em Administração, pois é voltada para alunos com mais de 18 anos, destaca-se pela sua distinção em relação ao ensino médio. Considerando que esses estudantes já possuem experiências diversas, muitas oriundas do mercado de trabalho ou de outras esferas da vida adulta, torna-se evidente a necessidade de abordagens pedagógicas e de apoio adaptadas às suas realidades específicas. Enquanto os estudantes do ensino médio estão imersos em um ambiente escolar tradicional, os estudantes da modalidade subsequente frequentemente equilibram os estudos com outras responsabilidades e compromissos. Essa distinção enfatiza a importância da análise dos dados levando em consideração não apenas o desempenho escolar, mas também as circunstâncias sociais, econômicas e pessoais de cada grupo de estudantes.

Sendo assim, ao observarmos as inscrições, identificamos um total de 33, sendo 24 do sexo feminino e 9 do sexo masculino. Das 24 mulheres, 19 afirmaram ingressar por meio da ampla concorrência, enquanto 5 optaram pelas cotas. Entre os homens, 8 foram pela ampla concorrência e 1 pelas cotas. Esses dados fornecem um panorama inicial do perfil demográfico dos inscritos nesse curso específico.

Outro dado importante é que das 24 mulheres, 19 não apresentaram renda própria, enquanto no cenário masculino apenas 1 declarou não possuir renda.

A tabela 1 apresenta a quantidade de pessoas que compõem o grupo familiar e a renda bruta per capita.

Tabela 1 - Situação Econômica Familiar no Curso Técnico em Administração

Número de pessoas na família	Renda bruta	Renda per capita
7	R\$625,00	R\$89,00
6	R\$1.100,00	R\$183,00
6	R\$289,00	R\$96,00
5	R\$300,00	R\$60,00
5	R\$2.200,00	R\$440,00
5	R\$1.100,00	R\$220,00
4	R\$900,00	R\$900,00
4	R\$3.790,00	R\$947,00
4	R\$4.142,80	R\$1.035,00
4	R\$1.879,00	R\$469,00
4	R\$3.414,00	R\$853,00
4	R\$3.404,00	R\$851,00
3	R\$1.101,95	R\$367,31
3	R\$500,00	R\$166,66
3	R\$1.101,95	R\$ 367.31
3	R\$1.300,00	R\$433,00
3	R\$1.100,00	R\$366,00
3	R\$1.100,00	R\$366,00
3	R\$0	R\$0
3	R\$496,66	R\$156,00
3	R\$1.204,00	R\$401,00
3	R\$1.100,00	R\$366,00
3	R\$1.476,00	R\$492,00
3	R\$2.635,00	R\$875,00
3	R\$3.003,00	R\$1.001,00
3	R\$900	R\$366,00
3	R\$3.114,81	R\$1038,27
3	R\$1.398,79	R\$466,00
2	R\$3.356	R\$1.678,00
2	R\$2.499,15	R\$1.249,00
2	R\$1,344,00	R\$672,00
1	R\$1.100,00	R\$1.100,00
1	R\$500,00	R\$500,00

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Esses dados sobre a situação econômica das famílias dos estudantes matriculados no curso subsequente, refletem uma variedade de situações e desafios enfrentados por esses estudantes. Ao analisar os dados números, é possível observar que muitos deles lidam com

dificuldades financeiras considerando a quantidade de integrantes no quadro familiar e a renda que sustenta esse seio familiar.

Esses dados evidenciam as disparidades sociais que existem em nossa sociedade local. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social as famílias consideradas de baixa renda são aquelas que possuem uma renda mensal por pessoa, também conhecida como renda per capita, inferior a meio salário mínimo. No contexto uma família de baixa renda seria aquela na qual a renda mensal por pessoa é de até R\$651,00.

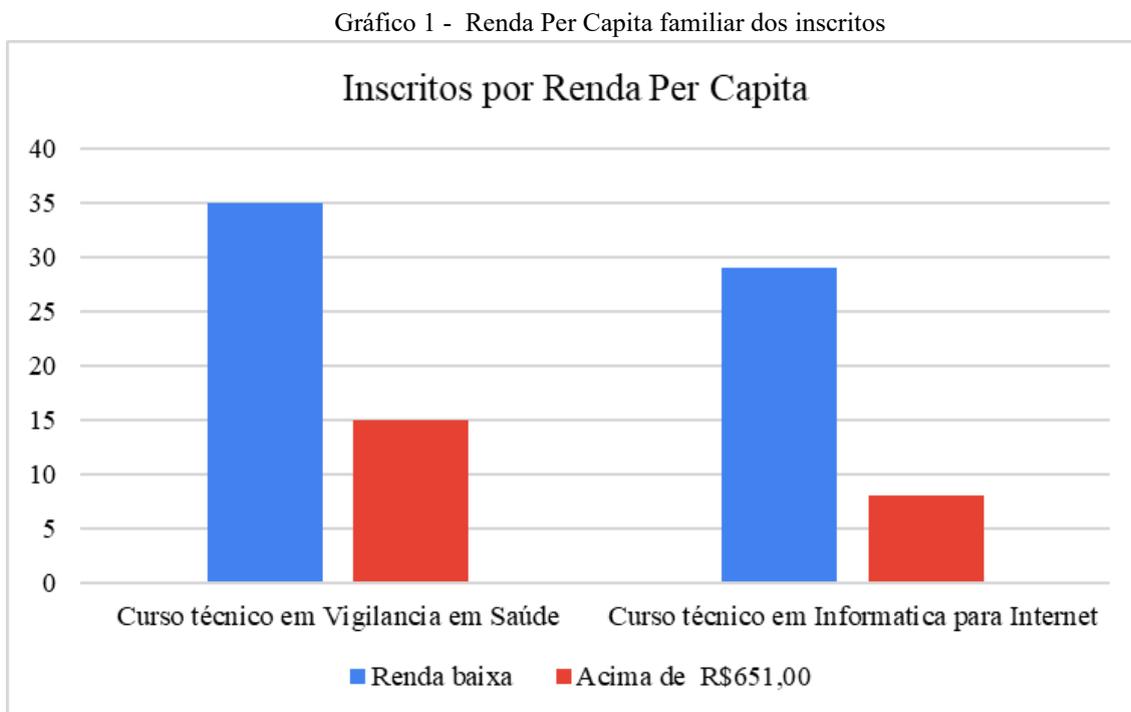
A tabela 1 evidencia que 66,66% dos que tentaram a assistência são considerados de baixa renda, e que vários estão na linha tênue de baixa renda. É fundamental reconhecer que alguns estudantes enfrentam obstáculos significativos para acessar a educação e outros serviços básicos, enquanto outros têm mais recursos e estabilidade. Essas famílias geralmente enfrentam dificuldades financeiras significativas para atender às suas necessidades básicas, como alimentação, moradia, saúde e educação.

A análise demográfica dos candidatos inscritos nos cursos integrados em Vigilância em Saúde e Informática para Internet visa examinar diversos aspectos, como gênero, modo de ingresso no curso e análise socioeconômica, incluindo a renda familiar total e per capita declarada durante a inscrição. É importante ressaltar que esses dados contemplam estudantes que, além de serem menores de idade, contam com o suporte de um responsável para sustentar e viabilizar seus estudos. Isso nos proporciona uma visão mais abrangente do contexto familiar e do impacto da renda no ambiente doméstico, permitindo compreender as características demográficas dos solicitantes e a distribuição de renda entre eles.

Em 2021, ocorreram 87 inscrições nos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Dentre essas inscrições, 37 foram para o curso de Informática, com 22 inscritos do sexo feminino e 15 do sexo masculino. Por sua vez, o curso técnico em Vigilância em Saúde registrou o maior número de inscritos, totalizando 50, sendo 18 do sexo masculino e 32 do sexo feminino. Esses números indicam uma maior demanda por auxílio financeiro no curso de Saúde.

Ao analisar a renda per capita das famílias, observa-se que 64 delas vivem abaixo da linha de baixa renda, estabelecida em R\$651,00, enquanto 23 estão acima desse limite. Entre as famílias de baixa renda, 35 têm filhos matriculados no curso técnico em Vigilância em Saúde, e 29 no curso técnico em Informática. Já entre as famílias com renda acima desse patamar, 15 têm filhos no curso técnico em Vigilância em Saúde e 8 no curso técnico em Informática para Internet.

Os dados apresentados revelam uma distribuição significativa da busca por auxílio financeiro, destacando a predominância de famílias de baixa renda e a concentração dessas na procura pelo curso de Vigilância em Saúde. O gráfico a seguir demonstra essas informações de forma mais clara.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os dados apresentados fornecem uma visão geral da situação socioeconômica dos estudantes que frequentam os cursos integrados. Eles destacam a importância de políticas educacionais e sociais inclusivas e equitativas. Independentemente da seleção dos candidatos, os dados refletem as possíveis circunstâncias enfrentadas pelos inscritos durante o período pandêmico.

É fundamental reconhecer que os números representam não apenas estatísticas, mas também os desafios e a resiliência dos indivíduos em busca de educação e oportunidades diante de adversidades. Cada família enfrenta suas próprias batalhas e jornadas de superação em meio ao esforço pela melhoria futura.

Observando os dados, podemos inferir que famílias inteiras lutam para sustentar seus filhos enquanto estes buscam crescimento pessoal por meio da educação técnica no IFNMG. Isso ressalta a importância da educação como meio de ascensão social e econômica.

No entanto, a análise dos dados também nos incita a ponderar sobre as persistentes desigualdades sociais em nosso país. Enquanto alguns enfrentam dificuldades financeiras

extremas, outros desfrutam de uma situação financeira razoável e têm acesso a mais recursos, ressaltando a urgência de políticas públicas que fomentem a igualdade de oportunidades.

Portanto, torna-se evidente a importância das políticas públicas em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva. A desigualdade econômica resulta em menos acesso à educação e aos serviços de saúde, além de restringir as oportunidades.

Em última análise, as informações apresentadas não se limitam a meros números, mas contam uma história sobre a resistência e a determinação das pessoas locais. Elas nos lembram que a desigualdade está presente em todos os aspectos da sociedade.

6 O IFNMG NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

Este capítulo se destina a analisar a educação profissional e suas perspectivas de inclusão⁷ por meio dos programas e ações institucionais. Em seguida, é feita a caracterização do local de pesquisa e dos sujeitos envolvidos no estudo: o IFNMG e o Campus Avançado Janaúba. A instituição não se limita apenas a oferecer educação profissional, mas também se empenha na promoção da inclusão, o que pode influenciar na permanência dos estudantes. Devido ao recorte temporal deste estudo, o foco está nas políticas públicas relacionadas à educação.

Adicionalmente, para caracterizar os sujeitos e suas perspectivas, foram analisados os dados documentais referentes à assistência estudantil, que representa a principal política abordada. Esses dados são relevantes, pois destacam a alocação governamental para o público-alvo deste estudo. Além disso, são apresentadas algumas ações específicas adotadas como medida para garantir a continuidade do ensino e a segurança dos estudantes e educadores.

A conjunção de dados objetivos com narrativas pessoais permite uma compreensão mais ampla de como as condições socioeconômicas e históricas moldam as trajetórias educacionais dos estudantes, influenciando suas escolhas, desafios e perspectivas.

6.1 A garantia da permanência

A garantia da permanência é um tema central para qualquer instituição educacional, refletindo o compromisso do Estado com a igualdade de oportunidades no acesso à educação e com a continuidade dos estudantes nos diferentes níveis de ensino. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação básica é obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurando sua oferta gratuita para todos que não tiveram acesso na idade própria. Além disso, a legislação brasileira tem reforçado a importância de garantir a permanência dos estudantes nas escolas, implementando políticas e programas para combater a evasão escolar e promover a inclusão educacional. No entanto, essa preocupação com a

⁷Melo (2019) discute o conceito de inclusão no âmbito social, sugerindo que os programas institucionais implementados pela instituição educacional visam superar uma variedade de obstáculos enfrentados pelos estudantes, a fim de promover sua permanência na instituição. Esses programas têm como objetivo melhorar as condições de vida dos estudantes, o que pode contribuir para reduzir os casos de evasão escolar e interrupção dos estudos. Além disso, a autora destaca que a superação das vulnerabilidades e a promoção da inclusão social exigem abordar não apenas questões financeiras, mas também desafios sociais, culturais e emocionais. Dessa forma, busca-se garantir uma inclusão social mais abrangente e eficaz.

educação e a necessidade de assegurar a presença dos estudantes em sala de aula não é recente, sendo uma questão historicamente abordada.

Na Constituição de 1934, a União tinha a responsabilidade de estabelecer um plano nacional de educação, coordenar sua execução em todo o país e fiscalizar sua implementação. O Conselho Nacional de Educação (CNE) foi encarregado de elaborar o plano, submetendo-o à aprovação do Legislativo, enquanto o Governo tinha a incumbência de executar as medidas necessárias para atingir as metas estabelecidas e distribuir os recursos de forma adequada.

É relevante destacar que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, subsidiou a elaboração da Constituição Federal de 1934 no que tange aos direitos educacionais. Neste documento redigido por Fernando de Azevedo, evidencia-se a necessidade de uma educação acessível a todos, exaltando a importância de uma escola inclusiva, conforme expresso pelo autor:

Assentado o princípio do direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral, cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo, por um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que torne a escola acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com as suas aptidões vitais (Azevedo et al., 1932).

Neste contexto, é evidente a importância de garantir condições para o acesso, permanência e o êxito educacional. A responsabilidade de estruturar os meios que permitam ao indivíduo alcançar seu pleno desenvolvimento educacional recai sobre o Estado.

Com a promulgação da Constituição de 1937, o papel do Conselho Nacional de Educação foi abolido, ao estabelecer que cabia exclusivamente à União o poder de "estabelecer as bases e definir os padrões da educação nacional, delineando as diretrizes a serem seguidas para a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude". Entre essas duas constituições, é perceptível a intenção de conceder mais autoridade ao Governo, resultando na perda de avanços educacionais. Na constituição de 1946, foi estabelecida a obrigatoriedade legal de formação para os trabalhadores nas empresas, conforme mencionado anteriormente neste trabalho. Em relação ao plano nacional, embora sua função não esteja claramente definida, estão estipulados os princípios educacionais a serem seguidos por lei.

Art 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

- I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;
- II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;
- III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os

filhos destes;

IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;

V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;

VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;

VII - é garantida a liberdade de cátedra BRASIL, 1942).

A evolução da educação dos trabalhadores, em conformidade com os princípios gerais do ensino, foi gradualmente estruturada em diversos setores do mercado, abrangendo indústria, atividades artesanais, transportes, comunicações e pesca. Essa abordagem permitiu a possibilidade de trabalhadores de diferentes categorias profissionais cursarem o ensino secundário.

Matos (2018) destaca que durante o regime militar de 1964, houve uma clara iniciativa governamental para ampliar o acesso da classe média aos cursos superiores das universidades públicas, ao mesmo tempo em que se permitia a expansão das universidades privadas. Vieira (2007) observa que a constituição de 1967 ampliou as oportunidades de ensino particular, porém reduziu a responsabilidade estatal, evidenciada pela desvinculação dos recursos para a educação, representando um retrocesso.

É importante ressaltar que, apesar das medidas para ampliar o ensino, a redução do investimento na educação compromete a efetiva expansão da escolaridade obrigatória nos estabelecimentos de ensino público.

A atual Constituição Federal, promulgada em 1988, mantém, em seu artigo 214, a obrigatoriedade da elaboração do Plano Nacional de Educação. É a partir desta constituição que se estabeleceu uma política de Estado para guiar a educação. O primeiro Plano Nacional de Educação, com período de execução entre 2001-2010, diagnosticou problemas estruturais, financeiros e pedagógicos, além de indicar influências externas que afetam a escolarização dos jovens e adultos.

No que se refere aos investimentos no ensino médio, embora seja prioritário destinar 10% para essa etapa, isso não é obrigatório. A obrigatoriedade se restringe ao ensino fundamental, com 15% dos recursos vinculados constitucionalmente. A estrutura inadequada do ensino médio é resultado do baixo investimento financeiro. O relatório identifica causas externas, como disparidade idade-série, repetência e a condição de estudante trabalhador, que prejudicam a construção do ensino médio.

O plano estabelece metas para o ensino médio, focadas na qualificação docente, infraestrutura adequada e flexibilidade para atender jovens adultos trabalhadores, destacando a importância do ensino noturno para aqueles que retornam à escola após um período afastados.

O Plano Nacional de Educação também aborda a educação tecnológica e a formação profissional, identificando a heterogeneidade dessa modalidade em oferta, duração e estrutura. O diagnóstico inicial destaca a dificuldade de expansão das escolas técnicas públicas de nível médio, devido à manutenção da qualidade do ensino em novas instalações.

O maior problema, no que diz respeito às escolas técnicas públicas de nível médio, é que a alta qualidade do ensino que oferecem está associada a um custo extremamente alto para sua instalação e manutenção, o que torna inviável uma multiplicação capaz de poder atender ao conjunto de jovens que procura formação profissional. Além disso, em razão da oferta restrita, criou-se um sistema de seleção que tende a favorecer os alunos de maior renda e melhor nível de escolarização, afastando os jovens trabalhadores, que são os que dela mais necessitam (PNE, 2001, p. 02)

A determinação em fortalecer a rede de ensino técnico federal é evidente ao analisar as metas e objetivos estabelecidos no 1º Plano Nacional de Educação (PNE). Embora não haja uma declaração explícita de expansão da rede, o plano concentra-se no aprimoramento das unidades já existentes. O progresso alcançado ao longo dos anos é notável, contrariando o diagnóstico inicial do plano. Isso é evidenciado pelo considerável legado de 643 unidades da rede técnica federal. Esse avanço é notável, especialmente após a promulgação da Lei nº 11.892 de 2008, que estabeleceu os Institutos Federais e deu origem à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O atual Plano Nacional de Educação, em vigor de 2014 a 2024, enfrentou um período de mais de dois anos de deliberação no congresso antes de ser aprovado. Inicialmente previsto para vigorar de 2011 a 2020, o plano, composto por 20 metas educacionais, foi aprovado em 25 de junho de 2014 após superar diversos impasses. Este plano apresenta perspectivas mais otimistas para o ensino profissionalizante, com a Meta 11 destacando a ampliação das matrículas na educação profissional técnica de nível médio, garantindo a qualidade da oferta e expandindo programas, cursos e financiamento tanto na rede pública quanto privada.

De maneira resumida, podemos traçar as perspectivas delineadas nos dois planos nacionais de educação para o ensino médio e sua integração com a formação profissional. Acreditamos que, embasados nos objetivos e metas dos PNEs, os programas e ações foram direcionados para a oferta, acesso e expansão do ensino médio e da educação profissionalizante.

Assim, por meio da divulgação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), expressamos os programas e ações específicos voltados para a permanência dos estudantes no ensino médio integrado à educação profissional oferecida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

A Política de Assistência Estudantil (PAE) tem como meta contribuir para o acesso, permanência e sucesso dos estudantes na educação pública, gratuita e de qualidade, promovendo a inclusão social e garantindo a educação como um direito de todos e um dever do Estado e das famílias (IFNMG, 2017). Originada da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), de abrangência nacional, a PAE destina verbas do governo para universidades e institutos federais investirem em programas institucionais de permanência.

Esses programas, de acordo com o PNE, devem estar integrados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. A assistência aos estudantes inclui moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acessibilidade para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Dessa forma, a partir da regulamentação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAE), estabelecida pelo Decreto Federal 7.234 de 19 de julho de 2010, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia passaram a desenvolver suas próprias regulamentações para a assistência aos estudantes. A possibilidade de regulamentação própria e expansão dos benefícios para outros estudantes é prevista no Artigo 4º deste documento.

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (Brasil, 2010).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAE) trouxe consigo a oportunidade de reconhecer a diversidade de cursos oferecidos pelos Institutos Federais (IFs) e a heterogeneidade das situações dos estudantes, que variam de acordo com as demandas sociais e as características dos territórios onde estão inseridos. Esse reconhecimento conduz à compreensão de que cada instituição de ensino desenvolve seus próprios instrumentos regulatórios para a Assistência Estudantil, de acordo com suas necessidades e debates em curso.

Nesse contexto, o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) aprovou a regulamentação da Política de Assistência Estudantil - PAE, com foco prioritário na prestação

de serviços de acompanhamento social, psicológico, pedagógico e outros, por meio de diversos programas assistenciais.

Dentre os programas implementados pelo PAE do IFNMG, destaca-se o programa "Moradia Estudantil", cujo objetivo principal é atender os estudantes provenientes da rede pública de ensino básico, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, em situação de vulnerabilidade social, especialmente aqueles oriundos de áreas rurais ou de municípios distintos do campus sede, proporcionando-lhes residência e acesso aos serviços disponibilizados na residência estudantil. Esta iniciativa visa criar condições propícias para o bom desempenho educacional, oferecendo moradia, assistência à saúde, prática esportiva, lazer e alimentação adequada.

Além disso, a Política de Assistência Estudantil do IFNMG estabelece como meta a promoção da segurança alimentar, priorizando a oferta do auxílio "in natura"⁸ aos estudantes, através do programa "Segurança Alimentar". Este programa prevê a instalação e manutenção de um restaurante estudantil, acompanhamento nutricional e, para os estudantes da Educação a Distância - EAD, a possibilidade de auxílio financeiro durante os encontros presenciais.

Outro aspecto fundamental da assistência aos estudantes é o Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes, que oferece auxílios financeiros estruturados em três categorias, levando em conta o estudo socioeconômico⁹ realizado pelo Serviço Social: Permanência I, para estudantes em situação socioeconômica insuficiente; Permanência II, para aqueles parcialmente insuficientes; e Permanência III, para os que apresentam situação socioeconômica razoável.

Além disso, o IFNMG prioriza a inclusão digital como parte de sua política de inserção no mundo digital. A implementação do programa de inclusão digital depende da dotação orçamentária do campus, sendo destinado aos estudantes que comprovem a necessidade de um computador para seus estudos.

O programa "Creche-Escola" visa auxiliar mães em idade escolar que não têm acesso a creches públicas, proporcionando-lhes suporte financeiro para custear creches particulares ou cuidadores para seus filhos.

⁸ Vale ressaltar que existe mais um programa que contribui para a segurança alimentar. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), repassa recursos financeiros da União, em parcelas, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Instituído por meio da Lei nº 11.947, de 18 de janeiro de 2009.

⁹ Para o estudo socioeconômico, para efeito de classificação para os programas da Assistência Estudantil, vale observar critérios estabelecidos na legislação vigente, e variáveis especificadas em edital próprio de cada programa, que explicitou, em indicadores, a condição de vulnerabilidade social do estudante e sua família.

Ademais, o IFNMG oferece o Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas, que subsidia as ações do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas, promovendo a inclusão e acessibilidade por meio da destinação de recursos financeiros para tecnologias assistivas.

Outros programas, como o Programa de Incentivo à Participação Discente em Eventos (PIPE), o Programa Auxílio Emergencial e o Programa de Incentivo à Pesquisa e Extensão, também são fundamentais na promoção do desenvolvimento educacional e social dos estudantes do IFNMG.

Além disso, a política de Assistência Estudantil inclui programas de acompanhamento preventivo, interventivo e encaminhamento para serviços de saúde mental, apoio psicológico e social, demonstrando o compromisso do IFNMG com o bem-estar integral de seus estudantes.

- Programa de Educação para Diversidade;
- Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer;
- Programa Renovar;
- Programa de Integração dos Estudantes Ingressantes;
- Programa de Incentivo à Formação de Cidadania;
- Programa de Incentivo à Mobilidade Acadêmica - PIMA.

No contexto de uma política de permanência mais atuante nas últimas décadas, o Ministério da Educação (MEC), por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), divulgou programas e ações voltados para a permanência de estudantes no ensino médio integrado oferecido pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs.

Dentre essas iniciativas, destacou-se o Projeto Alunos Conectados cujo principal objetivo era fornecer pacotes de dados em Serviço Móvel Pessoal (SMP) para estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Essa medida emergencial visava possibilitar que esses estudantes continuassem suas atividades acadêmicas de forma remota durante a pandemia da Covid-19, contribuindo assim para seu desenvolvimento escolar.

Além disso, foi lançada a plataforma “Aprender Mais”, que oferecia cursos online ministrados pela rede federal de ensino. Nessa plataforma, os estudantes do ensino médio encontravam uma variedade de cursos de capacitação, os quais podiam ser úteis para estudos dirigidos, complementação curricular, aproveitamento de carga horária e recuperação paralela, entre outros propósitos.

Diante das circunstâncias, os desafios persistiam, especialmente na garantia da permanência dos estudantes. A pandemia, ocorrida em 2020 e 2021, acentuou ainda mais os obstáculos para esta etapa educacional, na qual os jovens estão no processo de formação e preparação para o mercado de trabalho. Ao considerarmos a importância do trabalho vai além do desenvolvimento econômico. O trabalho não se limita apenas ao aprendizado prático ou à preparação para uma profissão específica.

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa entender o trabalho como princípio educativo, o que não significa aprender fazendo, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, apropria-se dela e pode transformá-la. Equivale a dizer, ainda, que somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade (Pacheco, 2012, p. 67).

A interconexão entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura é um elemento de extrema relevância no contexto do ensino médio integrado. De acordo com Matos (2018), especialmente nos Institutos Federais, a abordagem integrada do ensino técnico representa um avanço significativo na superação da dicotomia tradicional do ensino médio, assegurando uma formação de alto nível. A autora enfatiza a necessidade premente de aumentar os investimentos nessa fase da educação, visando garantir o acesso e a permanência dos jovens em instituições de ensino de qualidade.

Nesse contexto, Regattieri e Margareth (2010) destacam a importância do investimento em subsídios educacionais, pois mesmo em escolas públicas, o custo para os estudantes em período integral pode ser oneroso, especialmente em termos de transporte e alimentação. As autoras levantam essa questão ao expressar preocupação não apenas com os trabalhadores que não completam a educação básica, mas também com os jovens que, embora não sejam trabalhadores, estão matriculados em escolas em período integral. Portanto, investir em condições que garantam a permanência dos jovens, não apenas do ponto de vista pedagógico, mas também da perspectiva social, é fundamental.

Como observado, ao longo da evolução histórica da educação profissional no ensino médio, houve momentos de avanços qualitativos, particularmente evidentes a partir de 2008, no contexto das políticas educacionais. A expansão do ensino profissional de nível médio na rede federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPCT) ressalta a necessidade de fortalecer e ampliar programas e iniciativas para promover o acesso, a permanência e a qualidade do ensino. A crescente demanda por um ensino de qualidade reconhecida apresenta diversos desafios a serem superados. Portanto, promover programas e ações destinados a

garantir a permanência dos jovens é essencial para que eles concluam com êxito essa etapa fundamental da educação básica.

Portanto, no título a seguir, discutiremos a educação profissional oferecida pelo IFNMG e seu compromisso com a inclusão, o qual pode influenciar positivamente a permanência dos estudantes na instituição.

6.2 Perspectivas e Impactos Socioeducacionais

Para o formato de atividades não presenciais como uma medida para garantir a continuidade do ensino e a segurança dos estudantes e educadores. Isso demonstra o compromisso da instituição com a permanência dos estudantes, adaptando-se às circunstâncias desafiadoras impostas pela pandemia.

A rede federal de ensino, incluindo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), é considerada importante na história da Educação Profissional no Brasil. Em um contexto nacional marcado por diversas formas de desigualdade, abrangendo aspectos econômicos, sociais, culturais e emocionais, as instituições educacionais são chamadas a lidar com essas disparidades. Sua função é fundamental para desnaturalizar tais diferenças e contribuir para a formação de indivíduos conscientes e autônomos (Conceição; Zamora, 2015).

O compromisso do IFNMG com a inclusão e a diversidade é um dos pilares fundamentais que permeiam suas ações e iniciativas. Esse compromisso reflete não apenas na oferta de uma educação profissional de qualidade, mas também na promoção de um ambiente educacional inclusivo, capaz de acolher a diversidade de perfis e necessidades dos estudantes. Nesse contexto, o Relatório de Gestão/2021 destaca as realizações da instituição em meio a um cenário desafiador marcado pela pandemia. Os dados apresentados revelam avanços em várias áreas de atuação, evidenciando a expansão e o fortalecimento de programas, ações e projetos institucionais.

Os esforços direcionados à garantia da continuidade do ensino e à segurança dos estudantes, especialmente durante o desafiador período de ensino remoto destaca que, em 2021, foram oferecidos 36 cursos técnicos de nível médio, a maioria ministrada no formato de ANP, resultando em um total de 5.166 estudantes matriculados em cursos presenciais. O número total de matriculados no ano atingiu 25.766 em diversas modalidades e cursos. Sendo assim, a oferta de cursos técnicos de nível médio, incluindo a adaptação para o formato de atividades não presenciais, reflete a capacidade do IFNMG de se adaptar às demandas

contemporâneas da educação. A decisão de oferecer os cursos no formato ANP foi uma resposta às circunstâncias impostas pela pandemia, visando garantir a continuidade do ensino e a segurança dos estudantes e educadores. Isso evidencia a relevância dos cursos oferecidos pela instituição e sua capacidade de proporcionar um ambiente de aprendizado atrativo para muitos estudantes em busca de formação técnica de qualidade.

No entanto, a importância da inclusão vai além da simples oferta de cursos e atividades educacionais. Ela se manifesta também nas ações direcionadas à promoção de um ambiente escolar acolhedor e propício ao desenvolvimento pleno de cada estudante. Nesse sentido, a implementação de núcleos especializados, como o Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAPNE), os Núcleos de Estudos, Pesquisa e Extensão Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGES).

Destacando o NAPNE, que trabalha diretamente com as famílias dos estudantes com necessidades específicas, como estudantes com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, os dados apresentados demonstram um aumento significativo no ingresso desses jovens no IFNMG. Por meio do NAPNE, a instituição oferece suporte personalizado aos estudantes com necessidades específicas, contribuindo significativamente para sua permanência na escola e para o sucesso de sua jornada educacional. Conforme ilustrado na tabela 2, as matrículas e atendimentos realizados pelo núcleo evidenciam seu impacto na jornada educacional desses estudantes

Tabela 2 – Atuação dos NAPNES no IFNMG

Ano	Estudantes com necessidades específicas	
	Matriculados	Acompanhados pela Núcleo
2018	92	104
2019	146	119
2020	133	110
2021	115	101

Fonte: adaptado a partir dos dados do Relatório de Gestão/2021

A apresentação dos dados não revela um padrão uniforme, mas levanta uma suposição que pode ser considerada válida para explicar essa diversidade. De acordo com o relatório, "algumas pessoas com necessidades específicas não requerem uma intervenção direta". Essa suposição levanta questões importantes sobre a variedade de demandas dentro do

grupo de estudantes com necessidades específicas. No entanto, as informações não são exploradas em profundidade, pois

a falta de capacitação dos servidores sobre a temática da educação inclusiva, a escassez de investimentos por parte da instituição, tanto em recursos humanos como em recursos materiais, e, por fim, a questão atitudinal, do preconceito e desresponsabilização dos profissionais para com o estudante público-alvo da educação especial (Oliveira; Fernandes, 2020, p. 16).

Pode-se inferir que as necessidades de suporte e assistência variam de acordo com a natureza e o grau das deficiências ou condições dos estudantes. Além disso, os autores citados, sugerem que a falta de capacitação para lidar com as diferentes necessidades, pois nem todos os estudantes com necessidades específicas exigem o mesmo nível de intervenção ou suporte para alcançar o sucesso educacional. Todas as dificuldades elencadas são empecilhos para a efetivação do processo inclusivo. Além destes fatos ainda podemos acrescentar a dificuldade de conscientizar alguns estudantes com necessidades específicas do seu direito, pois muitos não querem que suas necessidades sejam reveladas aos demais colegas, sendo assim, o relatório é substancial, pois não demonstra algumas dificuldades que precisam ser vencidas.

A questão étnico-racial é trabalhada nos Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Afro-Brasileiros e Indígenas, em todos os campi do IFNMG, objetivando contribuir com a superação de preconceitos e a promoção da equidade racial.

A implementação desse núcleo evidencia uma preocupação em oferecer um ambiente educacional mais plural e representativo, onde as diferentes perspectivas étnico-raciais sejam valorizadas e debatidas de forma construtiva. Ao oferecer espaços específicos para discussões e reflexões sobre a questão étnico-racial, o IFNMG busca não apenas combater o racismo e a discriminação, mas também promover um ambiente mais inclusivo e respeitoso para todos os estudantes, independentemente de sua origem étnico-racial.

Além das ações do núcleo, já são implementadas as reservas de vagas em que os estudantes nos processos de seleção de estudantes do IFNMG tem

- Reserva de 50% das vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, egressos de escolas públicas;
- Reserva de 5% das vagas para pessoas com deficiência (PcD);
- Implementação do Regulamento de Heteroidentificação para garantir os direitos dos beneficiários da política de cotas;

- Reserva de 5% das vagas da ampla concorrência, por curso e turno, para pessoas com deficiência;
- Reserva de 5% das vagas da ampla concorrência, por curso e turno, para candidatos egressos de Escolas Famílias Agrícolas (EFA)¹⁰.

As reservas de vagas nos processos seletivos do IFNMG destacam-se como uma iniciativa concreta para promover a inclusão e a diversidade étnico-racial na instituição. Essas reservas refletem um esforço institucional em assegurar oportunidades equitativas de acesso à educação para grupos historicamente marginalizados, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além das reservas de vagas como uma medida institucional para garantir oportunidades equitativas de acesso à educação, a Política de Assistência Estudantil também é significativa. Essa política pública visa garantir a permanência dos estudantes na instituição, fornecendo suporte financeiro e outros recursos para estudantes em situação de vulnerabilidade social.

O destaque dado à assistência estudantil pelo IFNMG evidencia o compromisso institucional com a equidade e o suporte aos estudantes em situação de vulnerabilidade social. No ano de 2021, 508 estudantes cotistas foram beneficiados por essas medidas, destacando o impacto positivo dessas políticas na vida dos estudantes. O Programa Nacional de Assistência Estudantil é fundamental ao fornecer assistência financeira para suprir as necessidades básicas dos estudantes, especialmente diante do contexto de pandemia, no qual ações emergenciais foram implementadas para garantir a continuidade do suporte aos estudantes mais necessitados. Portanto, ao integrar a implementação das reservas de vagas com a oferta de assistência estudantil, o IFNMG demonstra um compromisso amplo com a inclusão e o suporte aos estudantes, contribuindo para uma educação mais acessível e igualitária.

A Política de Assistência Estudantil destaca-se tanto no contexto institucional quanto na literatura acadêmica como uma ferramenta importante para a permanência dos estudantes. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAE) oferece auxílios financeiros que visam suprir as necessidades básicas dos estudantes em situação de vulnerabilidade social. É relevante observar que, durante a pandemia da Covid-19, foram implementadas e mantidas ações emergenciais.

¹⁰ As EFAs - Escolas Famílias Agrícolas oferecem a Educação Básica e são embasadas na metodologia da Pedagogia da Alternância. Para Maior aprofundamento sobre as escolas e metodologia esta disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/90941-pedagogia-da-alternancia>

O Programa de Auxílio Emergencial concede suporte financeiro temporário aos estudantes que enfrentaram desafios financeiros devido aos efeitos da pandemia. A análise revela diversas situações, como falecimento, perda de emprego e aumento das despesas. Durante o período de isolamento social, a assistência estudantil mostrou-se benéfica, beneficiando 874 estudantes em 2020 e 2.421 em 2021 com o auxílio financeiro emergencial.

Diante da contínua pandemia, os editais do PAE naquela época foram prorrogados, visando assegurar a continuidade do apoio aos estudantes. O cenário de aprendizagem remota ocasionou despesas extras para as famílias, e os dados estatísticos da tabela 3 apontam para um aumento no número de estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Tabela 3 – Programa de assistência e apoio financeiro

Ano	Matrículas em cursos presenciais	Receberam auxílio financeiro	%
2019	13.560	3.489	25,73%
2020	11.763	1.707	14,51%
2021	12.830	1.374	10,70%

Fonte: adaptado a partir dos dados do Relatório de Gestão/2021

O número de beneficiários alcançados fica abaixo das expectativas, considerando tanto a quantidade de estudantes matriculados quanto o total de estudantes contemplados. No entanto, é fundamental levar em conta as limitações financeiras impostas pelo governo, bem como a escassez de profissionais especializados, como assistentes sociais, envolvidos no processo seletivo.

Para viabilizar o ensino não presencial, foram adotadas medidas estratégicas visando facilitar o acesso à internet. Desde 2020, foi implementado o Programa de Inclusão Digital, focado em auxiliar na obtenção ou custeio de serviços de conexão à rede. Além disso, o IFNMG participou ativamente do Projeto Alunos Conectados, em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Através deste projeto, chips com planos de dados móveis foram adquiridos e doados aos estudantes, promovendo um acesso mais amplo e igualitário.

Embora apenas alguns campi tenham utilizado os chips com acesso móvel, o Programa de Inclusão Digital também foi implementado de forma abrangente. Essas iniciativas refletem o compromisso do IFNMG em superar desafios, garantindo que os

estudantes possam acessar o conteúdo educacional de maneira eficaz, mesmo em situações de ensino remoto.

Tabela 4 – Estudantes atendidos com auxílio para inclusão digital

Ano	Auxílio inclusão digital	Projeto alunos conectados
2020	1.940	343
2021	2.306	468

Fonte: adaptado a partir dos dados do Relatório de Gestão/2021

É relevante ressaltar que os estudantes beneficiados por esse recurso também puderam acessar outros apoios financeiros que colaboraram para a continuidade de seus estudos no âmbito do IFNMG. Além disso, é essencial considerar que o auxílio à inclusão digital foi suspenso quando as aulas presenciais foram retomadas. Adicionalmente, em 2020, houve aquisição de tablets, permitindo aos estudantes em situação de vulnerabilidade prosseguir com suas atividades não presenciais - ANP durante o período de pandemia. É válido destacar que muitos desses tablets ainda estão sob empréstimo para os estudantes, sendo devolvidos à instituição ao término do curso.

O IFNMG implementou diversos programas, alguns realizados online e outros com restrições devido à natureza presencial. Exemplos notáveis incluem a Integração dos Estudantes Ingressantes, Incentivo à Formação de Cidadania, Incentivo à Participação Discente em Eventos e moradia estudantil. A moradia estudantil, presente em unidades agrícolas do IFNMG como Almenara, Arinos, Januária e Salinas, passou por reformulações no Campus Salinas para garantir a manutenção dos direitos dos estudantes. Durante o ano de 2021, quando as aulas estavam em formato não presencial, o funcionamento da moradia estudantil foi limitado. Para garantir a segurança alimentar dos estudantes, o IFNMG implementou a distribuição de cestas básicas e kits de alimentos provenientes da agricultura familiar em suas unidades.

Por meio de seus cursos superiores, o IFNMG coordenou a implementação do Programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação, beneficiando 148 estudantes, incluindo 129 quilombolas, 5 indígenas e 14 em situação de vulnerabilidade social.

Diante do impacto negativo da pandemia na situação econômica, social e psicológica dos estudantes e suas famílias, o atendimento social e psicológico foi ampliado durante esse período, visando apoiar a permanência dos estudantes na instituição.

6.3 O lócus da pesquisa: perfil Socioeconômico no Campus Avançado Janaúba

Após analisar o contexto da educação profissional e suas perspectivas de inclusão por meio dos programas e ações institucionais, torna-se essencial aprofundar-se nos dados que delineiam a região onde o Campus está inserido, especialmente no período de 2020 a 2021.

Nesse contexto, é relevante destacar que o Câmpus Avançado Janaúba teve seu início marcado por uma apresentação em uma audiência pública realizada em 16 de maio de 2014. Suas atividades de ensino e administrativas começaram nas instalações do CAIC - Centros Integrados de Atendimento à Criança e Adolescente em Janaúba. Inicialmente, o Campus operava em um prédio reformado cedido pela prefeitura, demonstrando um processo gradual de estabelecimento e consolidação na comunidade local.

Localizada no Norte de Minas Gerais, Janaúba emerge como um centro urbano relevante na região, com uma população estimada em cerca de 72.374 habitantes em 2021, tornando-se o segundo maior município da mesorregião Norte de Minas Gerais. Apesar dessa importância, os indicadores socioeconômicos da cidade tendem a ser inferiores à média do Nordeste, refletindo desafios socioeconômicos (Queirós, 2022).

Economicamente, a cidade é influenciada pelo setor terciário, com a presença significativa de empresas voltadas para serviços e comércio, enquanto a fruticultura se destaca como uma atividade econômica relevante, especialmente a bananicultura. No entanto, apesar do desenvolvimento econômico, Janaúba enfrenta questões de exclusão social, como prostituição e marginalização, evidenciando desigualdades sociais e desequilíbrios na distribuição de renda e inclusão social. Além disso, a cidade carece de infraestrutura cultural, como a ausência de shopping, cinema e livrarias, enquanto a oferta de serviços de saúde é predominantemente pública, com pouca presença de instituições privadas. Apesar desses desafios, Janaúba abriga dois campi universitários, oferecendo uma variedade de cursos superiores e oportunidades educacionais para a população local (Queirós, 2022).

A falta de infraestrutura cultural em Janaúba limita o acesso à cultura e ao entretenimento, com ausência de espaços como shopping, cinema e livrarias. A predominância de serviços de saúde públicos e a escassez de instituições privadas podem comprometer a qualidade do atendimento. No entanto, a presença de campi universitários na cidade oferece uma oportunidade importante para o desenvolvimento educacional e intelectual, ampliando o acesso ao ensino superior e contribuindo para a inclusão social e o crescimento socioeconômico local.

De acordo com informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para o ano de 2021, os dados relativos a trabalho e rendimento indicam que o salário médio mensal girava em torno de 1,7 salários mínimos. Além disso, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de aproximadamente 22,43%. No que diz respeito aos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, cerca de 40,9% da população encontrava-se nessa condição socioeconômica. Esses dados posicionaram a localidade em questão na posição 308 de 853 entre os municípios do estado e na posição 2632 de 5570 em comparação com os municípios de todo o Brasil (IBGE, 2021).

A alta porcentagem apresentada em relação aos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, que é de 40,9%, destaca uma realidade de vulnerabilidade socioeconômica para uma parcela considerável da população.

Além disso, os desafios socioeconômicos enfrentados por Janaúba têm um impacto significativo não apenas localmente, mas também regionalmente. A disparidade econômica e social presente na cidade afeta não só o bem-estar dos seus residentes, mas também tem repercussões no desenvolvimento econômico e social de toda a área circundante. Assim, compreender esses obstáculos e trabalhar para encontrar soluções adequadas é fundamental não apenas para Janaúba, mas também para impulsionar o avanço e a inclusão em toda a mesorregião Norte de Minas Gerais.

Conforme evidenciado, as desigualdades sociais e os desequilíbrios na distribuição de renda e inclusão social são realidades presentes, e esses sinais se refletem inclusive no âmbito da educação. Diante desse cenário de exclusão social, discute-se a importância das políticas públicas para atender às necessidades da população e promover o bem-estar social, especialmente no campo educacional.

As disparidades econômicas e sociais refletem-se nas políticas públicas criadas para enfrentá-las. No âmbito das políticas de inclusão na educação, que são parte integrante do PNAES, destaca-se a manutenção da permanência dos estudantes nas instituições de ensino. A inclusão vai além da simples admissão inicial dos alunos; envolve a criação de um ambiente de apoio que os mantenha engajados ao longo de sua jornada educacional. Isso requer a implementação de medidas que promovam o acolhimento dos estudantes, o acesso aos recursos necessários para seu aprendizado e a superação de desafios que possam surgir durante seu percurso educacional.

Em resumo, no âmbito educacional, a noção de "inclusão" transcende simplesmente admitir os estudantes; ela engloba também a criação de condições que permitam sua permanência na instituição e o êxito em seus estudos. Nesse sentido, trazemos à baila

informações sobre a assistência estudantil, abordando as concessões realizadas durante a pandemia.

Ao analisar os dados relativos às concessões no período de 2020 a 2021 para apoiar a assistência aos estudantes do IFNMG, observamos que o montante destinado à Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica foi de R\$10.872.151,42 em 2020. No ano subsequente, em 2021, houve uma leve variação nesses recursos, alcançando o valor de R\$11.638.707,00.

A comparação feita até o momento revela um montante que, lamentavelmente, não é suficiente para atender a todos os que necessitam. No entanto, é significativo para muitos e pode representar um fator importante para a permanência na instituição.

Tabela 5 - Orçamento Assistência Estudantil

Unidade	2020	2021
Januária	R\$ 2.558.079,40	R\$ 2.738.440,24
Salinas	R\$ 2.511.824,24	R\$ 2.688.923,78
Arinos	R\$ 1.135.699,38	R\$ 1.215.773,41
Almenara	R\$ 829.673,77	R\$ 888.171,03
Montes Claros	R\$ 811.469,89	R\$ 868.683,64
Araçuaí	R\$ 809.239,23	R\$ 866.295,71
Pirapora	R\$ 778.523,81	R\$ 833.414,66
Porteirinha	R\$ 362.492,07	R\$ 388.050,05
CEAD	R\$ 321.770,19	R\$ 344.457,02
Diamantina	R\$ 275.577,47	R\$ 295.007,42
Teófilo Otoni	R\$ 273.456,28	R\$ 292.736,69
Janaúba	R\$ 204.345,69	R\$ 218.753,35
Reitoria	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 10.872.151,42	R\$ 11.638.707,00

Fonte: adaptados a partir dos dados do Painel Orçamentário do IFNMG/2024

Embora o valor orçamentário destinado à assistência em cada campus não tenha sofrido alterações significativas, observa-se, no âmbito da pesquisa, com esses valores o campus Janaúba atendeu a um número considerável de pessoas que solicitaram auxílio financeiro durante a pandemia.

O levantamento realizado sobre os beneficiários dos auxílios financeiros em 2020 revelou que houve 54 renovações de 2019 para 2020. Entre essas renovações, 12 foram destinadas à categoria de permanência I, 25 para a permanência II e 17 para a permanência III. Diante desse cenário, para os estudantes ainda não atendidos em 2020, o campus lançou o Programa de Auxílio Emergencial COVID-19, com o intuito de fornecer suporte adicional aos estudantes afetados pela crise sanitária. Esse programa selecionou 39 estudantes para receber um auxílio no valor de 200 reais.

É importante ressaltar que esse valor equivalia ao benefício concedido aos estudantes da categoria de permanência III, elevando o número total de beneficiados nessa categoria para 56. Portanto, somando os estudantes que foram renovados e os novos beneficiários do Programa de Auxílio Emergencial COVID-19, o número total de estudantes beneficiados alcançou 93 estudantes.

Esse quantitativo retrata os discentes dos cursos técnicos integrados em Vigilância em Saúde e Informática para Internet, representando 44,28% dos estudantes desses cursos. Esses números destacam a importância das políticas de assistência estudantil durante crises como a pandemia da COVID-19. Ao fornecer suporte financeiro adicional e oportunidades de renovação de benefícios, a instituição de ensino demonstra seu compromisso com o bem-estar e o sucesso escolar de seus estudantes, especialmente em momentos de adversidade.

Em 2021, o IFNMG disponibilizou novo edital para o programa de auxílio emergencial para os estudantes em situação de vulnerabilidade devido aos impactos da pandemia da COVID-19. Esse programa, dividido em três modalidades, buscou atender às diferentes necessidades socioeconômicas dos estudantes. O Auxílio Emergencial I, com o valor de R\$450,00, foi destinado aos estudantes em situação considerada mais crítica, enquanto o Auxílio Emergencial II, de R\$220,00, contemplou aqueles com dificuldades parcialmente insuficientes. Já o Auxílio Emergencial III, de R\$150,00, foi direcionado a estudantes em condições socioeconômicas razoáveis, mas que enfrentavam desafios adicionais decorrentes da pandemia. No total, foram selecionados o mesmo percentual do ano anterior de estudantes para receber esses auxílios.

Os programas de auxílio emergencial implementados pelo IFNMG em 2021 atenuaram os impactos socioeconômicos da pandemia sobre os estudantes. Divididos em três

modalidades, esses programas demonstraram uma abordagem abrangente e sensível às diferentes realidades enfrentadas pelos estudantes. Ao contemplar não apenas casos críticos, mas também situações com dificuldades parcialmente insuficientes e condições socioeconômicas razoáveis, o IFNMG garantiu que uma variedade de estudantes recebesse suporte, contribuindo para sua estabilidade financeira e bem-estar emocional.

Apesar dos esforços em fornecer assistência aos estudantes mais necessitados, questões documentais surgiram como um obstáculo significativo durante o processo de seleção. Durante a primeira etapa, muitos estudantes tiveram seus pedidos indeferidos devido à apresentação de documentação incompleta, dificultando a análise da situação familiar. Além disso, foram identificados casos de omissão de informações na documentação, sugerindo tentativas de ocultar renda para obter o auxílio. Esses entraves documentais acabaram deixando parte dos estudantes sem o suporte financeiro necessário para enfrentar as dificuldades decorrentes da pandemia.

Durante esse período, é relevante destacar que também foram divulgados editais com o propósito de oferecer auxílio para a compra e manutenção de pacotes de dados de internet ou contratação de serviços de internet, de acordo com a escolha do estudante. No entanto, essas iniciativas ainda não foram discutidas nas análises feitas até agora. No entanto, serão abordadas posteriormente, quando trataremos dos participantes da pesquisa e de suas trajetórias durante o ensino em ANP.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

7.1 Os sujeitos da pesquisa: Uma direção diferente em sua jornada

Nesta seção, adentramos ao âmago da pesquisa, focando na análise das respostas dos sujeitos envolvidos. Esses participantes representam uma trajetória singular em seu percurso educacional, especialmente durante o ensino em ANP. Ao examinarmos suas experiências, buscamos compreender os desafios, as conquistas e as nuances que permeiam essa jornada educativa em um contexto tão singular como o atual. Através das vozes e vivências desses sujeitos, esperamos elucidar aspectos cruciais para a compreensão e aprimoramento do processo educacional em tempos de mudança e adaptação. Nesse sentido, Anjos (2023), afirma que a relação entre as experiências individuais dos estudantes e as condições objetivas em que vivem devem ser compreendidas

[...]no plano dos indivíduos, procuramos compreender as experiências de desajustes entre as subjetividades e as condições objetivas de existência e até que ponto essas experiências foram capazes de explicar as trajetórias improváveis de sucesso desses estudantes pertencentes aos meios populares (Anjos, 2023, p. 27).

Este estudo se concentra em como os sujeitos percebem e experienciam seu próprio processo de aprendizagem e suas relações com as condições reais e tangíveis de suas vidas, como acesso a recursos financeiros, oportunidades educacionais, condições familiares, entre outros aspectos. É inegável que cada estudante traz consigo uma bagagem única de experiências, valores e desafios que moldam sua trajetória educacional. Para compreendermos o impacto do recebimento do auxílio financeiro da Política de Assistência Estudantil durante a pandemia de COVID-19 em sua jornada no ensino médio, é fundamental considerar essa dimensão subjetiva do sujeito. Afinal, as circunstâncias pessoais e familiares de cada estudante é ponto importante na forma como enfrentam e superam os obstáculos educacionais.

Assim, buscou-se analisar o impacto do recebimento do auxílio financeiro da Política de Assistência Estudantil durante a pandemia de COVID-19. Ao comparar as percepções dos participantes da pesquisa, obtidas por meio de suas narrativas, com os dados estatísticos resumidos dos registros escolares entre 2020 e 2021. Essa abordagem visa aperfeiçoar a compreensão do fenômeno estudado, proporcionando uma visão mais abrangente e fundamentada. Das narrativas fornecidas pelos participantes surgiram categorias de análise: perfil do estudante, experiência durante os períodos de ensino não presencial, recebimento de

auxílio financeiro, resiliência e enfrentamento durante os períodos de ensino não presencial, realizações após conclusão do ensino médio, categorias que têm relação direta com aspectos subjetivos, como as histórias individuais e as percepções dos estudantes.

7.1 Tendências Identificadas pelos Egressos

Considerando os tópicos pertinentes à pesquisa em questão, foram estabelecidas as categorias e subcategorias que proporcionam a análise dos diversos elementos que moldaram as trajetórias educacionais dos egressos. Dividido em quatro categorias principais, o estudo busca compreender os diversos contextos que influenciaram o percurso dos egressos, desde o ambiente familiar até os desafios enfrentados durante os períodos de ensino não presencial.

Na categoria perfil do estudante, são analisadas os fatores como gênero, cor/raça/etnia, renda per capita e ambiente familiar, visando compreender como esses elementos influenciaram as trajetórias educacionais dos egressos. Essa análise permite identificar disparidades e necessidades específicas que podem orientar políticas e programas de apoio.

Posteriormente, o enfoque é direcionado para a experiência durante os períodos de ensino não presencial, investigando questões como a transição para o ensino remoto, as condições de estudo em casa e o acesso aos recursos de aprendizagem online. Essa análise objetiva trazer à tona informações sobre os desafios enfrentados pelos egressos durante a pandemia.

Na terceira categoria, será explorado o impacto emocional do ensino remoto durante a pandemia, além da interseção entre o apoio financeiro e emocional na experiência dos estudantes. Serão discutidos temas como resiliência e estratégias de enfrentamento, ressaltando a importância fundamental no bem-estar durante os períodos de estudo não presencial. Além disso, será abordada a importância de políticas de assistência estudantil, que atendam tanto às necessidades financeiras quanto emocionais dos estudantes.

Por fim, as realizações após a conclusão do ensino médio são examinadas, abordando desde oportunidades de trabalho até progressões nos estudos e busca por novas oportunidades. Essa categoria oferece uma visão do impacto do ensino médio na vida dos egressos.

7.1.1 Perfil do estudante: Gênero e Cor/Raça/Etnia

Ao analisar os participantes da pesquisa que foram beneficiados com o auxílio financeiro, é essencial considerar a interseção das variáveis de gênero, raça, vulnerabilidade social, renda per capita e ambiente familiar, especialmente no contexto do ensino médio integrado.

Inicialmente, ao examinar a distribuição por gênero, observamos uma predominância de participantes do sexo feminino dentro da amostra, representando a maioria dos beneficiários do auxílio financeiro. Em relação à questão da raça/etnia, percebemos uma diversidade étnico-racial entre os estudantes, com uma presença significativa de participantes pardos e brancos, além de alguns estudantes pretos. Essa diversidade racial ressalta a importância de considerar as experiências específicas de grupos étnicos minoritários.

Outro aspecto relevante é a observação feita por Braga (2021, p.11), que aponta para um movimento em larga escala de sujeitos pardos em busca de acesso à rede pública de ensino. Isso sugere que há uma demanda expressiva por oportunidades educacionais entre essa parcela da população, o que reforça a necessidade de políticas inclusivas e sensíveis às questões de raça e vulnerabilidade social.

[...]candidaturas pardas que reivindicam acesso às ações afirmativas cujo pertencimento, à luz do convívio social, se assemelham ao padrão de branquitude, e nessa teia relacional, não apresentam os mesmos sofrimentos raciais que sofrem as populações pretas retintas, e que, portanto, não precisam das políticas afirmativas.

Compreendemos que o ponto central desta discussão são as implicações do apoio financeiro como parte integrante de uma política pública que visa proporcionar oportunidades para que sujeitos em situação de vulnerabilidade possam permanecer na escola e concluir seus estudos.

No entanto, uma situação peculiar chama a atenção, conforme destacado por Braga (2021). Ao analisarmos os dados desta pesquisa, notamos que, dos participantes que se auto declararam como brancos, dez afirmaram ser membros desse grupo racial. Mais especificamente, ao cruzarmos esses dados, observamos que durante o processo de seleção

para ingresso no ensino médio integrado, dois desses indivíduos se autodeclararam como pertencentes ao público alvo de cotas, especificamente ao grupo VRRRI-PPI¹¹.

Isso nos leva a refletir sobre até que ponto esse comportamento pode comprometer os direitos dos demais. A invisibilidade desse tipo de ação é tão comum que muitos que enfrentam desafios adicionais devido ao racismo estrutural e à falta de oportunidades equitativas acabam excluídos do processo. Vale ressaltar que, no processo de seleção para assistência estudantil, a autodeclaração não é um critério para pontuação com base na vulnerabilidade social, mas sim um ponto de partida para reflexão.

Dentre os sujeitos¹² analisados, foi possível identificar diversas situações que evidenciam a interseção entre vulnerabilidade social, renda per capita e composição familiar. Dentre os sujeitos analisados conseguimos identificar¹³:

R1: Residia com apenas um dos pais, formando um grupo familiar de duas pessoas, com uma renda per capita de R\$550,00. Dependendo da pensão alimentícia e do auxílio emergencial do governo federal, sua situação financeira era precária.

R2: Vivia com apenas um dos pais em um grupo familiar de três pessoas, com uma renda per capita de R\$360,00. Sua mãe enfrentava dificuldades devido à pandemia e doenças crônicas, dependência da pensão alimentícia e do auxílio emergencial para sustentar a família.

R3: Residia apenas com a mãe em um grupo familiar de três pessoas, com uma renda per capita de R\$125,00, dependendo apenas do auxílio emergencial do governo federal, enfrentando dificuldades financeiras significativas.

R4: Vivia com sua mãe em um grupo familiar de quatro pessoas, com uma renda per capita de R\$343,00, dependendo apenas do salário da mãe, o que era agravada pela falta de recursos financeiros devido à impossibilidade de o R4 trabalhar.

R5: Residia com sua mãe e padrasto em um grupo familiar de cinco pessoas, com uma renda per capita de R\$300,00. A perda do emprego do padrasto durante a pandemia afetou significativamente a renda familiar, que dependia da pensão alimentícia e do auxílio emergencial.

¹¹ VRRRI-PPI: Vagas reservadas para estudantes, egressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos e indígenas (de acordo com o último CENSO/IBGE para Minas Gerais) com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita.

¹² Para resguardar a privacidade e proteger a identidade dos sujeitos participantes da pesquisa, utilizamos as referências "R1", "R2" e assim por diante ao longo do texto. Essa prática visa assegurar a confidencialidade das informações pessoais dos indivíduos envolvidos no estudo.

¹³ Os dados sobre renda e composição familiar foram obtidos por meio da análise dos documentos disponíveis junto ao registro escolar dos participantes da pesquisa. Destaca-se que, dos 24 sujeitos inicialmente identificados, informações detalhadas foram encontradas apenas para 19 deles.

R6: Vivia com sua avó em um núcleo familiar de duas pessoas, com uma renda per capita de R\$550,00.

R7: Residia com sua mãe em um grupo familiar de três pessoas, com uma renda per capita de R\$349,00, solicitou o auxílio emergencial devido à baixa renda familiar.

R8: Vivia com seu pai e outros membros da família em um grupo familiar de seis pessoas, com uma renda per capita de R\$395,00, recebia na época auxílio emergencial do governo federal.

R9: O grupo familiar era composto por quatro pessoas, cuja renda per capita é de 354 reais.

R10: Residia em um grupo familiar com 4 pessoas que eram sustentados pelo pai, com renda bruta total de R\$1.357,80, e uma renda per capita de R\$339,45, recebia auxílio emergencial do governo federal.

R11: Compartilhava o lar com sua mãe e irmã em um grupo familiar de três pessoas, com uma renda per capita de R\$450,00, recebia auxílio emergencial do governo federal.

R12: Vivia com seus pais em um grupo familiar de quatro pessoas, com uma renda per capita de R\$700,00, recebia auxílio emergencial do governo federal.

R13: Residia com seus pais e outros membros da família em um grupo familiar de cinco pessoas, com uma renda per capita de R\$620,00, recebendo auxílio emergencial do governo federal.

R14: Vivia com sua mãe em um grupo familiar de 5 pessoas com uma renda per capita de R\$550,00, solicitou o auxílio do campus para ajudar nas despesas da casa.

R15: Residia apenas com sua mãe em um grupo familiar com uma renda per capita de R\$701,00, recebendo pensão alimentícia e Bolsa Família.

R16: Vivia com quatro pessoas em um grupo familiar, com uma renda per capita de R\$469,00, recebendo Bolsa Família e auxílio emergencial do governo federal.

R17: Residia com seus pais em um grupo familiar de três pessoas, com uma renda per capita de R\$430,00.

R18: Vivia com quatro pessoas em um grupo familiar, com uma renda per capita de R\$412,50.

R19: Vivia com os pais, em grupo familiar de 3 pessoas cuja renda per capita é de 333 por pessoa.

7.1.2 Vivências no Ambiente de Ensino Remoto: Reflexões dos estudantes

Neste estudo sobre as trajetórias escolares durante a pandemia no Campus Avançado Janaúba e as percepções dos envolvidos, observamos que, entre os 24 participantes, 13 enfrentaram um ano de ensino online devido às restrições de saúde. Por outro lado, os demais participantes relataram ter permanecido nesse modelo de ensino por dois anos consecutivos.

Os resultados revelam que os participantes enfrentaram diversas situações durante os períodos de ensino não presencial, abordando questões como a transição para o ensino remoto, as condições de estudo em casa e o acesso aos recursos de aprendizagem online.

Considerando as informações fornecidas, identificamos os sujeitos que cursaram o curso técnico em Vigilância em Saúde durante um ano de forma remota e apresentamos seus respectivos relatos.

A¹⁴: Feminino - Muito desagradável, não tinha recursos suficientes.

B: Masculino - Durante a pandemia, eu tive algumas crises de ansiedade. A falta de socialização e comunicação presencial me gerava problemas em questões mentais. Porém, em relação ao meu rendimento no aprendizado, considero que foi bom. Com os horários de atendimento, eu tinha mais tempo para estudar aqueles conteúdos que não havia entendido na aula síncrona. Já o meu ambiente de estudo em casa era tranquilo. A minha mãe e minha irmã respeitavam o meu horário de estudo.

C: Feminino - Costumava estudar em um ambiente calmo e propício para estudos, onde minha maior distração era o aparelho celular, no qual eu assistia às aulas.

D: Masculino - Mesa reservada para o notebook e os cadernos, ambiente agradável para os estudos.

E: Feminino - Estudava no meu quarto e via as aulas através do meu celular a princípio. No início estava bem envolvida quanto aos estudos, entretanto, o meu foco foi se perdendo com tantas distrações e afazeres em casa. Sentia-me desmotivada, receosa e angustiada; muitas vezes só queria dormir enquanto a aula estava passando. Tal fato causou um grande impacto no meu aprendizado que só fui perceber no meu 2º e, principalmente, 3º ano, em que os conteúdos vistos no 1º ano não acrescentaram em nada, já que não os havia aprendido de fato.

¹⁴ Quanto à identificação dos egressos envolvidos, por questões éticas, serão chamados, aleatoriamente, pelas letras.

F: Feminino - Entrei no instituto nas primeiras aulas não presenciais com muito medo, pois vim de uma escola que a metodologia na pandemia era os PETs que você fazia sozinho e isso ia ser sua nota e no instituto era totalmente diferente com aplicativos de envios de atividades, classroom ou Moodle, aulas no Google Meet.

G: Masculino - Meu quarto tranquilo.

H: Feminino - Durante os períodos de ensino não presencial, meu ambiente de estudo em casa foi um desafio. Eu não tinha um notebook ou computador, então tive que estudar pelo celular mesmo. Isso dificultou um pouco minha rotina de estudos, além da dificuldade de conciliar com os afazeres domésticos devido ao turno ser integral. Além disso, o ambiente em casa não era adequado por conta do barulho, o que também afetou minha concentração e o meu rendimento.

I: Feminino - Apesar de ser barulhento, foi um lugar em que apenas eu estudei. Não conseguia concentrar 100% e não sabia estudar sozinha.

Durante o ano de 2020 e 2021, os participantes mencionados acima, matriculados no Curso Técnico em Vigilância em Saúde integrado ao ensino médio, com duração de três anos, relataram ter passado um ano realizando estudos de forma remota. Ao responderem à pergunta "Como foi seu ambiente de estudo em casa durante os períodos de ensino não presencial?", a participante A expressou que era "muito desagradável" devido à "falta de recursos suficientes". A declaração evidencia os desafios enfrentados em um contexto de aprendizado remoto, destacando as dificuldades decorrentes da falta de recursos adequados.

Analisando as respostas dos participantes A, H e I, observam-se padrões e tendências relevantes. Ambos mencionaram o ruído como um fator agravante que afetou o ambiente de estudo. Além disso, os três participantes indicaram que o principal dispositivo utilizado para acessar os recursos de aprendizagem online foi o celular. Esses dados destacam a importância de considerar as condições de estudo dos estudantes durante o ensino remoto e apontam para a necessidade de fornecer recursos adequados para facilitar o aprendizado em ambientes domésticos.

Essa situação evidencia a disparidade no acesso a recursos educacionais entre os estudantes, especialmente em um cenário em que o ensino presencial foi substituído por atividades online devido à pandemia. A falta de recursos adequados, como acesso à internet de qualidade, dispositivos tecnológicos e um ambiente propício ao estudo, pode impactar significativamente a capacidade dos estudantes de se engajarem nas atividades escolares e alcançarem seu pleno potencial acadêmico.

Atrelada a esta resposta a respondente A ainda salienta que o auxílio foi “uma ajuda importante, por estudar em tempo integral não sobrava tempo para trabalhar, e com esse recurso pode ajudar em casa e também quando precisava de algo relacionado aos estudos”. Essa resposta evidencia a importância do auxílio financeiro como um suporte para os estudantes que estudam em tempo integral. O relato da participante reflete a realidade de muitos estudantes, que enfrentam a difícil escolha entre dedicar-se aos estudos ou buscar trabalho para contribuir com as despesas familiares. O auxílio financeiro proporcionou à participante a oportunidade de se concentrar nos estudos sem a pressão de precisar trabalhar para complementar a renda familiar.

É crucial compreender que o trabalho e sua relação com o capital são determinados pelo tempo de necessidade, mas buscam, simultaneamente, o tempo de liberdade. Dentro dessa contradição, a conquista política da educação torna-se uma necessidade do capital, dada a evolução das forças produtivas. Essas disputas têm também um fundamento filosófico, implicando a compreensão do ser humano como capaz de produzir sua existência através do desenvolvimento de todas as suas habilidades (Ramos, 2017) .

Sendo assim, podemos entender que o auxílio financeiro desempenha um papel fundamental nesse contexto, pois permite que os estudantes se concentrem nos estudos sem a pressão de ter que buscar trabalho para contribuir com as despesas familiares. Essa liberdade financeira oferecida pelo auxílio possibilita que os estudantes se dediquem ao desenvolvimento de suas habilidades e à sua formação humana, alinhando-se assim com a ideia de buscar o tempo de liberdade dentro da relação contraditória entre trabalho e capital.

Portanto, os desafios da formação contemporânea têm o poder de expandir as fronteiras impostas às relações sociais de produção sobre a classe trabalhadora, tornando-as ainda mais significativas.

Sobre a mesma questão o respondente H e I se assemelha na questão de declarar que de alguma forma o recurso concedido contribuiu para o acompanhamento das aulas e que a busca pelo auxílio foi por dificuldades financeiras.

Sendo assim, os respondentes ressaltam que a falta de recursos não se limita apenas a questões educacionais, mas também está intrinsecamente ligada a questões econômicas mais amplas. Para muitos estudantes, a necessidade de trabalhar para ajudar em casa ou suprir suas próprias necessidades financeiras pode ser um obstáculo significativo para o sucesso escolar. Nesse contexto, o suporte financeiro assume uma importância fundamental ao não apenas ajudar diretamente os estudantes com seus gastos educacionais, mas também ao mitigar as diferenças econômicas que podem interferir em seu percurso educacional.

Primeiramente, abordamos as dificuldades relacionadas ao ambiente de estudos em casa. Depois, exploramos as situações declaradas pelos respondentes C, D e G, que revelam um suporte familiar mais tranquilo e organizado, para o momento de aulas e estudo. A respondente B compartilhou que enfrentou momentos de ansiedade e destacou que durante esse período, as caminhadas recomendadas pelos docentes foram bastante benéficas. Além disso, ressaltou a importância dos momentos de atendimento online para esclarecer dúvidas, pois isso contribuiu significativamente para a melhoria de sua aprendizagem. Muitas vezes, as dúvidas não podiam ser solucionadas durante as aulas síncronas, tornando esses momentos de atendimento ainda mais cruciais. Outro ponto abordado pelos participantes E e F foi a dificuldade com o uso das tecnologias e as diferentes metodologias aplicadas de uma instituição para outra. Devido a essa variação e à falta de foco, enfrentaram desafios ao longo dos anos para acompanhar as aulas e o conteúdo ministrado.

Durante o período de atividades não presenciais, os estudantes enfrentaram diversos desafios, incluindo dificuldades de acesso à internet, o que resultou em perda de tempo, estresse, acumulação de tarefas e dificuldades em acompanhar os encontros síncronos, levando-os a tentar assistir posteriormente, de forma assíncrona. A entrega das atividades no prazo estipulado se mostra como um fator relevante nesse contexto. É evidente que a falta de conectividade é um dos principais fatores influenciadores. A conectividade foi um problema, e essa situação é um fator que pode gerar estresse nos indivíduos. Além disso, há uma tendência à desmotivação nos estudos, especialmente diante do contexto pandêmico, marcado por perdas de entes queridos, isolamento social e medo de contaminação. Esses fatores combinados podem impactar negativamente o engajamento dos estudantes nas atividades escolares e afetar seu bem-estar emocional e mental (Amaral et al., 2022).

A seguir, apresentamos os egressos do mesmo curso da área da saúde que estiveram em ensino remoto durante dois anos de pandemia.

J: Feminino - No início, eu conseguia estudar no meu quarto e tinha um espaço próprio para os estudos. No entanto, não conseguia manter o foco nas aulas e muito menos ter um rendimento nos estudos conforme o obtido antes da pandemia.

K: Feminino - Meu ambiente foi organizado.

L: Feminino - No período matutino, o ambiente era calmo, mas no vespertino tornava-se barulhento.

M: Masculino - Foi um pouco complicado, uma vez que, por ser um momento difícil em nossas vidas, houve uma certa dificuldade na adaptação com o ambiente online. Às vezes, haviam muitas distrações que faziam com que perdêssemos nosso foco e atenção naquela

atividade ou aula, uma vez que um ambiente escolar é muito mais prazeroso para estudar e muito mais adaptativo.

Ao observar as respostas desses egressos, torna-se evidente a diversidade de experiências e percepções em relação ao ambiente de estudo e ao processo de aprendizagem durante os dois anos de aulas remotas. Alguns participantes descreveram ambientes propícios para o estudo, com organização e calma, enquanto outros relataram dificuldades em manter o foco e a concentração, especialmente devido a distrações e ruídos no ambiente doméstico.

Essa correlação entre o tempo prolongado de ensino remoto e as respostas dos estudantes destaca a importância de considerar o impacto cumulativo dessa modalidade de ensino na experiência educacional dos estudantes. A exposição prolongada ao ensino não presencial influenciou nas respostas de J e M, ambos apontam significativamente o bem-estar emocional, o engajamento escolar e o desempenho ao longo do tempo. Ambos expressaram a crença de que no ambiente presencial as coisas fluíam melhor, sugerindo uma desconexão ou dificuldade em se adaptar completamente ao ensino remoto.

Além disso, as respostas dos egressos refletem o impacto no bem-estar emocional durante o período prolongado de ensino não presencial. Com o passar do tempo em aulas não presenciais, o interesse e o foco diminuíram gradualmente, o que pode ter contribuído para um ambiente de aprendizado menos eficaz e para um aumento dos níveis de estresse e ansiedade entre os estudantes. Essa situação ressalta a importância de abordar não apenas os aspectos educacionais, mas também o bem-estar emocional dos estudantes durante períodos de ensino remoto prolongado.

Antes de avançarmos para a próxima explicação, é fundamental elucidar nossa intenção ao realizar análises distintas por curso. Essa abordagem foi adotada levando em conta as peculiaridades da estrutura curricular de cada curso, que apresenta diferenças significativas. Por exemplo, no curso de Vigilância em Saúde, a matriz curricular é dividida em Temas Geradores, cada um com duração média de oito semanas. Isso implica que, ao longo de um ano letivo, os estudantes são expostos a cerca de 25 temas distintos. Essa estrutura curricular mais fragmentada demanda um acompanhamento ágil e específico dos estudantes, principalmente no contexto de ensino remoto.

Além disso, essa fragmentação também influencia a análise das narrativas separadamente para cada curso. Vale ressaltar que essa estrutura curricular mais fragmentada não foi explicitamente abordada nas narrativas apresentadas. No entanto, as experiências compartilhadas pelos estudantes revelam as dificuldades enfrentadas para se adaptarem a esse formato de ensino remoto, especialmente em cursos inovadores como o de Vigilância em

Saúde. Supõe-se que essa complexidade teve um impacto significativo nas narrativas dos egressos, conforme evidenciado pelas dificuldades de adaptação pontuadas por eles.

No que diz respeito aos estudantes do Curso Técnico em Informática para Internet, a estrutura é linear, dividida em trimestres, seguindo o padrão da maioria dos cursos nessa modalidade no IFNMG. As narrativas são apresentadas inicialmente dos egressos que passaram um ano em casa durante os estudos.

N: Masculino - Basicamente o quarto, convivendo com a família, utilizando de mesa e celular, além do tablet disponibilizado pela instituição.

O: Feminino - Foi difícil por tudo que vivemos

P: Feminino - Não tinha um ambiente de estudos.

Q: Feminino - Durante a experiência ao estudo EAD, tudo foi uma novidade, o ambiente de estudo era o essencial para poder realizar as atividades a distância, durante esse período foi bem complicado para me adaptar a esse ensino. Nos relatos dos respondente, é possível notar uma certa tranquilidade nas narrativas dos egressos que passaram um ano em ANP, ou seja, de forma remota. No entanto, a narrativa do respondente “Q”, destaca dificuldades de adaptação ao modelo remoto. Segundo Januário¹⁵ et al. (2021) a adaptação ao ambiente virtual de aprendizagem não foi confortável para muitos estudantes. Além disso, grande percentual de estudantes dedicam apenas uma hora ou menos diariamente aos estudos remotos, o que contrasta com o tempo médio de estudo de cinco horas diárias quando estavam frequentando a escola regularmente. Esses resultados apontam para a possibilidade de impactos negativos no desempenho escolar dos estudantes durante o período de ensino remoto.

R: Masculino - O ambiente familiar favorecia, tinha meu próprio local de estudos e equipamentos necessários.

S: Feminino - Difícil

T: Feminino - De forma geral, até que foi bom. Naquela época eu morava somente com a minha avó, tirando os dias que ia pessoas lá pra casa, eu conseguia fazer minhas coisas sem muitas perturbações.

U: Masculino - Tranquilo, mas demorou um pouco para me adaptar ao novo método de ensino. Com tudo consegui me adaptar graças às aulas online ao vivo com os professores.

¹⁵O objetivo deste artigo é destacar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes de uma turma de terceiro ano do turno matutino da Escola Estadual de Ensino Médio “Professor Joaquim Fonseca”, em Conceição da Barra – ES, ao estudarem remotamente durante a paralisação das escolas devido à pandemia de COVID-19. A pesquisa foi realizada por meio de um formulário disponibilizado na plataforma Google Forms e revelou que, embora a maioria dos estudantes tenha acesso à internet em casa, muitos enfrentam dificuldades significativas ao aprender e estudar nessa modalidade.

V: Masculino - Com um pouco de dificuldade mas foi tranquilo

X: Feminino - Extremamente turbulento e sem foco para permanência nas aulas.

Z: Feminino - Tive bons equipamentos e tentei manter o mesmo aproveitamento nos estudos, apesar da qualidade das aulas.

As respostas dos participantes apresentam uma variedade de experiências em relação ao ambiente de estudo durante os dois anos de aulas remotas. Alguns relatos, como os de R, T, U e V, sugerem uma certa adaptação e até mesmo uma tranquilidade inicial em lidar com o novo método de ensino. No entanto, há indicações de que a transição para o ensino remoto não foi uniformemente suave para todos os estudantes. Participantes como X expressam dificuldades significativas, descrevendo o ambiente como extremamente turbulento e reconhecendo uma falta de foco que prejudicou sua participação nas aulas. O relato de Z destaca a importância dos recursos adequados para o estudo, mas também reconhece que a qualidade das aulas pode ter sido um desafio.

Essas diferentes percepções refletem a complexidade da experiência de ensino remoto e sugerem que a transição para esse formato pode ter sido desafiadora para alguns estudantes. Embora este estudo não tenha investigado profundamente as críticas às aulas remotas, os relatos dos participantes apontam para a necessidade de considerar os fatores que podem influenciar a eficácia do ensino remoto, como a qualidade das aulas e a capacidade de os estudantes se adaptarem ao novo método de ensino. Essas questões podem servir como pontos de partida para estudos futuros que buscam compreender melhor os desafios e as oportunidades associados ao ensino remoto.

7.1.3 O Papel do Auxílio Financeiro: Impactos e Necessidades Durante a Pandemia

Durante a pandemia de COVID-19, o auxílio financeiro emergencial foi fundamental na vida dos estudantes, conforme evidenciado pelos relatos de 24 egressos do IFNMG - Campus Janaúba. A análise dessas narrativas revela não apenas os motivos que levaram os estudantes a buscar o auxílio, mas também os impactos tangíveis que esse suporte teve em suas vidas e na continuidade de seus estudos.

Os motivos que levaram os estudantes a solicitar auxílio financeiro durante a pandemia foram diversos e multifacetados. Entre os principais fatores estavam as dificuldades financeiras pré-existentes, o desemprego na família e a necessidade de cobrir despesas educacionais e básicas. Para muitos egressos, o auxílio foi essencial para garantir o acesso à tecnologia e à internet, facilitando a participação nas aulas online e o acesso aos materiais de

estudo necessários. Além disso, o auxílio financeiro proporcionou um alívio significativo nas despesas domésticas, contribuindo para o bem-estar geral das famílias.

Os impactos do recebimento do auxílio financeiro foram amplos e positivos. Para os estudantes que enfrentaram o desemprego na família, o auxílio representou não apenas uma fonte de renda vital, mas também uma oportunidade de manter seus estudos e projetos educacionais em andamento. Mesmo para aqueles que não enfrentaram desemprego direto, o auxílio financeiro proporcionou um suporte para suprir necessidades básicas, como alimentação e materiais escolares, permitindo que se dediquem aos seus estudos com mais tranquilidade e segurança.

Além disso, o auxílio financeiro teve um impacto significativo no bem-estar emocional dos estudantes. Ao proporcionar recursos adicionais, como acesso à internet de qualidade e materiais de estudo, o auxílio contribuiu para reduzir o estresse e a ansiedade associados ao ensino remoto. Essa estabilidade financeira também teve um impacto positivo no desempenho escolar dos estudantes, permitindo-lhes participar mais ativamente das atividades escolares e alcançar melhores resultados.

Além do suporte financeiro, os relatos dos estudantes destacam a importância de fornecer apoio emocional durante os períodos de ensino remoto. Muitos estudantes enfrentam desafios emocionais intensos, como ansiedade, solidão e sobrecarga de tarefas. A falta de apoio psicológico adequado exacerbou esses problemas, ressaltando a necessidade de políticas de assistência estudantil abrangentes que abordem não apenas as necessidades financeiras, mas também o bem-estar emocional dos estudantes.

Em suma, os relatos dos egressos do IFNMG - Campus Janaúba destacam a importância do auxílio financeiro como uma ferramenta crucial para garantir acesso à educação e promover o bem-estar durante a pandemia. No entanto, além do suporte financeiro, é fundamental fornecer recursos adicionais e apoio emocional para garantir que todos os estudantes possam enfrentar os desafios do ensino remoto e alcançar seu pleno potencial em sua jornada educacional.

7.1.4 O Caminho Pós-Pandemia

Além dos desafios emocionais enfrentados durante o ensino remoto, as respostas dos participantes também indicam suas perspectivas futuras após o ensino médio. Muitos estudantes expressaram não apenas desejos acadêmicos, mas também aspirações profissionais, delineando um horizonte de possibilidades vasto e promissor.

Após a conclusão do ensino médio, os egressos destacaram as diversas oportunidades conquistadas em suas vidas acadêmicas e profissionais. A análise das respostas fornecidas pelos participantes revela uma diversidade de trajetórias e aspirações individuais.

Primeiramente, a entrada em uma universidade é apontada como uma das principais realizações após o ensino médio. Este passo marca o início de uma jornada acadêmica mais especializada, onde os estudantes têm a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em uma área específica de estudo e desenvolver habilidades profissionais relevantes para o mercado de trabalho.

Outra realização comum foi a participação em atividades de pesquisa ou desenvolvimento acadêmico. Essa experiência proporciona a oportunidade de se envolverem em projetos acadêmicos significativos, contribuindo para a expansão do conhecimento em suas respectivas áreas de estudo e preparando-os para futuras carreiras acadêmicas ou profissionais.

Além disso, alguns egressos indicaram que ingressaram no mercado de trabalho formal. Esta conquista demonstra a capacidade de aplicar seus conhecimentos e habilidades adquiridos durante o ensino médio em um ambiente profissional, contribuindo para sua independência financeira e desenvolvimento pessoal.

A abertura do próprio negócio também foi destacada por alguns participantes como uma realização após o ensino médio. Este passo mostra o empreendedorismo e a iniciativa dos estudantes em buscar oportunidades de negócios e criar seu próprio caminho profissional.

Outras realizações mencionadas incluem a participação em estágios ou realização de cursos complementares, participação em viagens ou intercâmbios, prestação de concursos públicos e continuidade nos estudos através de cursinhos preparatórios para vestibulares.

Em suma, as realizações após a conclusão do ensino médio são diversas e refletem as diferentes trajetórias e aspirações individuais dos egressos. Desde ingressar na universidade até abrir o próprio negócio, cada conquista representa um passo importante no desenvolvimento pessoal e profissional, preparando-os para enfrentar os desafios e oportunidades que encontrarem ao longo de suas jornadas. Essas aspirações destacam a resiliência e o potencial dos egressos, que buscam ativamente realizar seus sonhos e contribuir para um futuro próspero e promissor.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos da pesquisa visavam investigar os efeitos dos programas de assistência estudantil na permanência dos estudantes durante o período de ensino remoto, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Esses objetivos foram delineados para compreender o impacto das políticas de assistência estudantil no contexto específico do Campus Avançado Janaúba e avaliar como essas medidas influenciaram a continuidade dos estudos.

Os resultados da pesquisa indicaram que os objetivos foram alcançados, fornecendo uma compreensão dos efeitos das políticas de assistência estudantil no contexto estudado. A análise revelou um cenário complexo e desafiador durante o período de ensino remoto, destacando a importância do auxílio financeiro emergencial e os desafios enfrentados pelos estudantes na época. As narrativas obtidas contribuíram significativamente para o campo da assistência estudantil e da educação em tempos de crise, fornecendo evidências empíricas sobre a eficácia dessas políticas na promoção da permanência dos alunos.

Os egressos destacaram diversas conquistas após a conclusão do ensino médio, como ingresso na universidade, participação em atividades de pesquisa e continuidade nos estudos, evidenciando a resiliência e determinação diante dos desafios enfrentados durante a pandemia.

Ao refletirmos sobre a importância de uma educação integrada à produção como meio de elevar a classe trabalhadora a um nível superior de desenvolvimento em relação à burguesia (Ramos, 2020), torna-se evidente que a assistência estudantil é importante nesse processo. A assistência não se limita apenas a proporcionar acesso à educação, mas também atua como um instrumento de igualdade, oferecendo condições essenciais para que estudantes provenientes de contextos desfavorecidos possam dedicar-se aos estudos e romper com as estruturas históricas que os mantiveram à margem do conhecimento e do progresso social.

O Auxílio Emergencial COVID-19 foi significativo ao proporcionar assistência financeira aos estudantes dos cursos presenciais do IFNMG afetados pelas profundas desigualdades socioeconômicas agravadas pela pandemia. Em um contexto em que muitos estudantes lidavam com dificuldades financeiras devido à crise econômica gerada pelo surto, o auxílio emergencial foi crucial para assegurar a continuidade de seus estudos. Ao oferecer esse suporte financeiro, a instituição não apenas ajudou os estudantes a lidar com preocupações imediatas sobre suas despesas básicas, mas também possibilitou que se concentrassem em seus estudos sem o peso adicional das preocupações financeiras.

Além disso, o Auxílio Emergencial COVID-19 foi uma resposta proativa às necessidades emergentes dos estudantes, mostrando o compromisso do IFNMG em apoiar sua comunidade durante crises. Ao garantir uma base mínima de estabilidade financeira aos estudantes, essa iniciativa não só contribuiu para sua saúde emocional, mas também criou um ambiente favorável para o sucesso educacional. Dado que os estudantes que enfrentam dificuldades financeiras significativas podem encontrar obstáculos adicionais em sua jornada educacional, o auxílio desempenhou papel importante na permanência e conclusão dos cursos.

Portanto, o Auxílio Emergencial COVID-19 não apenas ofereceu suporte financeiro temporário aos estudantes em situação de vulnerabilidade, mas também foi essencial na promoção da equidade educacional, assegurando que todos os estudantes tivessem a oportunidade de continuar sua educação, independentemente das adversidades enfrentadas. Isso reflete o compromisso do IFNMG em priorizar o bem-estar e o sucesso de sua comunidade estudantil, especialmente em períodos desafiadores como o da pandemia.

Sendo assim, a rede federal de ensino surgiu com o propósito de oferecer uma educação de qualidade para todos, incluindo os vulneráveis e desfavorecidos. Ao longo de sua história, as instituições federais de ensino têm desempenhado um papel fundamental na promoção da inclusão social e na garantia de oportunidades educacionais para aqueles que enfrentam desafios socioeconômicos. Por meio de programas e políticas de assistência estudantil, as instituições federais buscam garantir que os estudantes vulneráveis tenham acesso a recursos e suportes necessários para que possam se dedicar aos estudos sem as barreiras impostas pela falta de condições financeiras.

Todo esse movimento na história da educação em prol de proporcionar oportunidades para os desafortunados e vulneráveis não seria possível sem a assistência estudantil. A história da assistência estudantil remonta a séculos atrás, com iniciativas filantrópicas e religiosas que visavam ajudar os menos favorecidos a terem acesso à educação. Com o passar do tempo, governos e instituições educacionais, incluindo a rede federal de ensino, passaram a reconhecer a importância da assistência estudantil como um meio de combater as desigualdades e promover a inclusão social. Desde o surgimento da educação profissional, a assistência estudantil tem desempenhado um papel crucial na formação e no desenvolvimento dos estudantes, proporcionando suporte financeiro, alimentação, moradia e outros recursos essenciais para garantir que todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham igualdade de oportunidades no ambiente educacional.

No contexto atual, a assistência estudantil continua desempenhando um papel crucial na educação dos desafortunados, proporcionando suporte e recursos essenciais para que

possam superar barreiras e alcançar seus objetivos educacionais. Através de políticas e práticas eficazes de assistência estudantil, é possível não apenas garantir a permanência dos estudantes, mas também promover seu sucesso acadêmico e pessoal.

Portanto, a história da assistência estudantil é marcada por um compromisso contínuo com a igualdade de oportunidades e a inclusão, demonstrando a importância de investir cada vez mais no apoio aos estudantes desafortunados para construir uma sociedade mais justa e equitativa. Deve-se cada vez mais aprofundar os estudos acerca da assistência estudantil, para podermos fortalecer seu impacto positivo na educação e no desenvolvimento de indivíduos que, de outra forma, estariam em desvantagem.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcilene Dias Bruno de; SILVA, Gene Maria Vieira Lyra. Desafios para a conclusão do ensino médio integrado no Instituto Federal de Goiás Câmpus Uruaçu. In: SILVA, Américo Junior Nunes da; SOUZA, Ilvanete dos Santos de; LIMA, Reinaldo Feio (org.). **Educação e a apropriação e reconstrução do conhecimento científico 2**. Ponta Grossa - PR: Atena, 2020. p. 43-56. Disponível em: <https://cdn.atenaeditora.com.br/artigos_anexos/cap4_87f8423cf4fd8de8a4808ee9009e25b4b2a75c62.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- BARDIN L. **Análise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011.
- BAUER, M.; GASKELL G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes; 2002.
- BRAGA, Alexandre Francisco. **As Bancas de Heteroidentificação Racial: Apontamentos a partir da experiência da UFMG**. EM FAVOR DE IGUALDADE RACIAL, Rio Branco Acre, v.4, n.2, p.03-17, maio/ago. 2021. Disponível <https://revistas.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/4107/2792>. Acesso em abr. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso em: 05 set. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.
- _____. DECRETO Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 05 set. 2020.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. **Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e nível de instrução**. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7268> >. Acesso em: 20 de set. de 2021.
- _____. Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. **Estabelece a lei orgânica do ensino secundário**. Diário Oficial da União, Brasília, 1942. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 06 set.2020
- _____. Lei nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus**. Diário Oficial da União, Brasília, 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 04 set.2020
- _____. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> . Acesso em: 04 set.2020

_____. LEI Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em: . Acesso em: 05 set. 2020.

_____. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília, DF, 25.

_____. MEC/SETEC. **Ensino Profissional Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio: documento base.** Brasília, 2007. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf> . Acesso em: 20 jul.2021.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE).** Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c.

_____. PORTARIA NORMATIVA Nº 39, de 12 de dezembro de 2007- **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

_____. RESOLUÇÃO N.01/2019, de 12 de março de 2019. **Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023.** Disponível em: <<https://pep.ifsp.edu.br/images/PDF/Portarias/2019/03/Resoluo-n-01-2019-de-12-de-marco-de-2019.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2020.

BUENO, M. B., LEITE, G. G., VILARONGA, C. A. R., MENDES, E. G. (2022). **Ensino Remoto para Estudantes do Público-Alvo da Educação Especial nos Institutos Federais.** EDUCAÇÃO EM REVISTA, 38, e33814. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-469833814>><https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1059>. Acesso em: 14 novar. 2023.

CANDIDO, F. G.; JUCÁ, S. C. S.; DA SILVA, S. A. **A Era Vargas e o reordenamento do ensino técnico profissional: a implantação do Liceu Industrial no Ceará.** Research, Society and Development, [S. l.], v. 8, n. 6, p. e27861059, 2019. DOI: 10.33448/rsd-v8i6.1059. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1059>. Acesso em: 14 mar. 2021.

CASTRO, Jane Margareth. REGATTIERI, Marilza. **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares** – Brasília : UNESCO, MEC, 2009. p. 104. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192>Acesso em: 07 out. 2020.

CHAVES, K. G. O. .; ASSIS, S. M. de .; ARAÚJO, H. M. de .; SOUZA, D. L. G. de .; CAMPOS, C. G. de . **Permanência e Êxito Escolar: análise do desempenho acadêmico de estudantes ingressantes no ensino médio integrado do IFRN/Caicó através das cotas étnico-raciais no ano de 2014** [S. l.], v. 9, n. 3, p. 672–691, 2020. DOI: 10.14393/REPOD-v9n3a2020-57880. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/57880>. Acesso em: 2 dez. 2021.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. **O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação.** REVISTA COM CENSO: ESTUDOS EDUCACIONAIS DO

DISTRITO FEDERAL, BRASÍLIA, v. 7, n. 3, p. 27-37, ago. 2020. Disponível em: <<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924>>. Acesso em: 10 jan. 2023>.

CUNHA, M. S.; TEIXEIRA, D. L. ; AQUINO, F. J. A. ; PIMENTEL, A. . Políticas de Assistência Estudantil, no contexto da pandemia do Covid-19, para permanência discente. REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ENSINO TECNOLÓGICO , v. 8, p. 1-18, 2022.

CONCEIÇÃO, Viviane Lima da. ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. **Desigualdade social na escola**. Estudos de Psicologia (Campinas) [online]. 2015, v. 32, n. 4 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000400013>>. Acesso em: 22 ago. 2022], pp. 705-714.

Conheça a história da educação brasileira. Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

COTRIM-GUIMARÃES, I. M. A.; FIDALGO, F. S. R. **Programas institucionais de assistência aos estudantes no IFNMG/Campus Januária**: REVISTA LABOR, v. 1, n. 26, p. 120-145, 2 nov. 2021.

DE ALMIRANTE, A. G.; FERREIRA, D. S. F. **Diversos olhares sobre a permanência e êxito dos estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste**. CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, [S. l.], v. 16, n. 9, p. 15855–15876, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.9-124. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1637>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

DIAS, Érika. **A Educação, a pandemia e a sociedade do cansaço**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 29, n. 112, p. 565–573, 2021. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/ensaio/a/xtsmMwsHtnb366YzCh9zQrC/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 7 abril.. 2024.

DIAS, K. S.; BRAZ FERREIRA GONTIJO, S.; MATIAS, J. P. **Acolhimento e pertencimento estudantil no ensino médio integrado**. REVISTA NOVA PAIDEIA - REVISTA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO E PESQUISA. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/95>. Acesso em: 7 ago.. 2022.

FALCO, B. S. B.; OLIVEIRA, I.C.C. **A política de assistência estudantil e seu impacto na permanência dos estudantes**. Assistência Estudantil, Cadernos Cajuína, V. 6, N. 3, 2021. 176-190. Disponível em: <<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/500/430>> Acesso em: 25 set. 2021.

FREITAS, Fátima Aparecida de; FRANCO, Raquel Aparecida Reis. C. **A educação profissional e tecnológica em tempos de pandemia: um estudo das estratégias de gestão do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) durante o ensino remoto emergencial (ERE)**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 7, p. 58–75, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i7.6248. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6248>>. Acesso em: 14 fev. 2024

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil.** - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7a. edição. 7a. ed. São Paulo: Atlas, 2019. v. 1.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. . Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf#:~:text=Para%20tanto%2C%20o%20pesquisador%20vai,entenda%20a%20din%C3%A2mica%20do%20fen%C3%B4meno.>> Acesso em: 18 set. 2021.

GUERRA, C. A. F. M. et al. **De escola de aprendizes artífices aos institutos federais: a transformação na educação profissional brasileira.** REVISTA EDUCAÇÃO & LINGUAGEM, Ano 7 · nº 1 · JAN-ABR. p. 40 – 54. junho 22, 2020. Disponível em: <<https://www.fvj.br/revista/revista-educacao-e-linguagem/edicoes/2020-1/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGEeduca: **O portal do IBGE voltado para a educação.** Disponível em:

<<https://educa.ibge.gov.br/jovens%252520/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFNMG.** Montes Claros, 2018. p. 64.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Relatório de Gestão/2021.** Montes Claros, 2022. p. 116.

JANUÁRIO, Amauri Gomes; PINTO, José Fernandes; CÂNDIDO, Reginaldo Aparecido. **O ensino remoto e olhar sobre a aprendizagem em uma escola do município de Conceição da Barra - ES.** 2021. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso Superior de Licenciatura em Letras Português, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1680>>. Acesso em: 08 abr. 2024.

JULIÃO, C. R. F. ; PEREIRA, L. I. ; FERREIRA, M. A. M. . **O Impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda.** REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA LATINA, v. 15, p. 203-225, 2022.

KANG, T H. **Educação para as elites, financiamento e ensino primário no Brasil, 1930–1964.** Latin American Research Review. 2017; 52(1), pp. 35-49.

LESSA, M. B. ; SILVA FILHO, W. P. ; JESUS, W. C. . **A Garantia do Direito à Educação dos Adolescentes do IFG Águas Lindas no Contexto da Pandemia do Coronavírus.** REVISTA DO CEAM , v. 7, p. 162-172, 2021. Disponível em:

<<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/2021-1231/32768>>. Acesso em: 29 de jan de 2024.

MACHADO, Breno Pereira. **Fernando de Azevedo e o Manifesto dos Pioneiros: embates pelo conceito de educação pública no Brasil**. In: SIPERS - Paraná/ Ponta Grossa , 2019. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/sipers-/trabalho/94501>>. Acesso em: 29 de julho de 2022.

MARTINS, LÍGIA MÁRCIA ; LAVOURA, TIAGO NICOLA . **Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação**. EDUCAR EM REVISTA, v. 34, p. 223-239, 2018.

MATOS, Lenon Araújo de. **Permanência no ensino médio profissional : o caso do Instituto Federal Fluminense campus Cabo Frio**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação. Rio de Janeiro, p. 183. 2018.

MOREIRA, F. ; CARVALHO, P. H. V. de . **Diversidade e Equidade na Governança Editorial do Jornalismo: a inclusão como credibilidade**. REVISTA OBSERVATÓRIO, [S. l.], v. 6, n. 5, p. a5pt, 2020. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/11187>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

MELO, J. R. T. **A assistência estudantil e o PNAES como reflexo da educação para inclusão social?**. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019, São Luís. Civilização ou barbárie: o futuro da humanidade, 2019.

MORAES, A. dos S.; ALMEIDA, J. S.; ALMEIDA, M. da C. S. **A gestão da política de assistência estudantil do instituto Federal Baiano durante a Pandemia da COVID-19 / The management of the student assistance policy of the Federal Baiano institute during the COVID-19 Pandemic**. Brazilian Journal of Development, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 9482–9506, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n2-071. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43765>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

MOURA, Dante Henrique . **A Integração Curricular na Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja)**. Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-UFES , v. 40, p. 22-45, 2014.

Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio. Manifesto “Não ao esfacelamento do Ensino Médio”. Disponível em: <<https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/movimento-nacional-em-defesa-do-ensino-medio-2/>>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

NETO, João Oliveira Ramos. **A evasão escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise dos planos estratégicos de permanência e êxito**. EDUCAÇÃO EM REVISTA, Marília, v.20, n.2, p. 7-24, Jul.-Dez., 2019.

OLIVEIRA, W. M. de; FERNANDES, E. M. **Possibilidades e limites do trabalho inclusivo na educação profissional e tecnológica**. REVISTA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Canoas, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3935>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

PACHECO, E. (Org.). **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Propostas de Diretrizes Curriculares**. São Paulo: Moderna, 2012.

PALASSI, Márcia Prezotti; PAULA, Ana Paula Paes de. Pesquisas sobre subjetividade nos estudos organizacionais: complexidade e desafios de um enfoque histórico-cultural. In: Eloisio Moulin de Souza (Org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. Vitória: EDUFES, 2014.

PAULO, J. R. de et al. **Contribuições das ações de atenção e assistência estudantil durante o ensino remoto emergencial: algumas reflexões**. REVISTA SÍTIO NOVO, Palmas, v. 6, n. 4, 2022. Disponível em: <<https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/1148>>. Acesso em: 06 jan. 2024.

PIRES, M. F. C. **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

POCHMANN, Marcio e FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do século XXI**. Educação & Sociedade [online]. 2016, v. 37, n. 137, pp. 1241-1267. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016160477>>. Acessado 20 Dezembro 2021.

RAMOS, M. N. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 8 e 9 de maio de 2008.

RAMOS, M. N. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: Adilson Cesar Araújo, Cláudio Nei Nascimento da Silva. (Org.). **Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. 1ed. Brasília: Editora Instituto Federal de Brasília, 2017, v. 1, p. 20-43.

RAMOS, Marise. Politecnicidade: ensino médio integrado frente ao contexto de pandemia. In: SILVA, Leticia e DANTAS, André (orgs.). **Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral**. Rio de Janeiro: EPSJV, Fiocruz, 2020, p. 147-162.

RUCKSTADTER, Flávio Massami; RUCKSTADTER, Martins Vanessa Campos Mariano. Pesquisa com fontes documentais: levantamento, seleção e análise. In: TOLEDO, Cezar de Alencar Arnaut de. GONZAGA, Maria Teresa Claro. **Metodologia e técnicas de pesquisa: nas áreas de Ciências Humanas**. Maringá: Eduem, 2011. p. 101-120. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SAKAI, C. P. . Assistência Estudantil Durante a Pandemia do Covid-19: fortalecimento de vínculos e suporte psicossocial. In: Emily Lima Carvalho, Nívia Barreto dos Anjos. (Org.). **Assistência Estudantil as Múltiplas Interfaces**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021, v. 1, p. 172-189. Disponível em: <<https://editoraappris.com.br/produto/assistencia-estudantil-as-multiplas-interfaces/>> Acesso em: 03 dez. 2023.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: 2006. 48 p. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_juventude_br.pdf> Acesso em: 03 nov. 2020.

SILVA, E. A. A. . Abordagens qualitativas na pesquisa em educação. In: MOURA, Dante Henrique (Org.). **Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas**. 1. ed. Natal: IFRN, 2016. v. 1, p. 75-99.

SILVA, F. C. T. **Estudo comparado: fundamentos teóricos e ferramentas de investigação. Educação e Pesquisa [online].** 2019, v. 45. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945193081>>. Acesso em: 04 de set. de 2021.

SILVA, L. C. S. . **O Ensino inclusivo no contexto do Ensino Remoto: Um estudo de caso.** In: VI Seminário Nacional de Educação Especial, 2020, Vitória. Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva, 2020. v. 3.

SILVA, M. L.da. **A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: estudo de caso do Instituto Federal de Goiás.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação. Goiânia, p. 118. 2015.

SILVA, T. R. da. **Perspectivas dos estudantes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul sobre o ensino médio integrado no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 2, n. 21, p. e10713, 2021. DOI: 10.15628/rbept.2021.10713. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10713>>. Acesso em: 2 set. 2022.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre- SC: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-43. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

SOARES, Tufi Machado ; FERNANDES, NEIMAR DA SILVA ; NÓBREGA, MARIANA CALIFE ; NICOLELLA, ALEXANDRE C. . **Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais.** EDUCAÇÃO E PESQUISA - REVISTA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP, v. 41, p. 757-772, 2015.

SPOSITO, M.P., SOUZA, R., SILVA, F. A. **A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos.** Educação e Pesquisa [online]. 2018, v. 44 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201712170308>. Acesso em: 04 de dez. de 2021.

TANURE DO AMARAL, Magda Matos; DOS SANTOS, Maria Cristina Silva; DE MELO, Lillian Gonçalves. **Os Ecos da Pandemia: Desafios na vida dos estudantes do IFNMG Campus Araçuaí.** Revista Vagalumear, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 45-60, dez. 2022. ISSN 2763-9916. Disponível em: <<https://periodicos.uea.edu.br/index.php/rv/article/view/2315>>. Acesso em: 08 abr. 2024.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. VIEIRA, Paulo Henrique. Roteiro para elaboração de projeto de pesquisa. In: TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. GONZAGA, Maria Teresa Claro. **Metodologia e técnicas de pesquisa: nas áreas de Ciências Humanas.** Maringá: Eduem, 2011. p. 21-40. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

VASCONCELOS, N. B. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.**

Ensino em Re-Vista, [S. l.], 2010. DOI: 10.14393/ER-v17n2a2010-12. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>. Acesso em: 25 mar. 2024>.

VIAN, Vanessa. **A Pesquisa no Contexto do Ensino Médio Politécnico: Mudanças, Permanências e (In) Compreensões**. REVISTA DE ENSINO, EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS. v.:17 n.:1 p.:5,2016.

VIEIRA, Sofia Lerche. **A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto**. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

VOLKWEISS, Anelise. **O currículo integrado na educação profissional técnica de nível médio: saberes, desafios e possibilidades**. Porto Alegre, 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Pesquisa: PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA: UM ESTUDO NO CAMPUS AVANÇADO JANAÚBA DO IFNMG

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado egresso

Esta pesquisa visa investigar a experiência dos estudantes durante o período de ensino não presencial, especialmente durante o isolamento social em 2020 e 2021. O foco está nas percepções sociais dos participantes, buscando compreender a interação entre suas experiências e o uso dos programas e ações relacionadas à política de permanência. As respostas serão utilizadas para identificar os desafios enfrentados e avaliar o impacto das abordagens de ensino. Todas as informações fornecidas serão tratadas com total confidencialidade, e a participação é voluntária. O principal objetivo da coleta de dados é analisar como a implementação da política de assistência estudantil no Campus Avançado Janaúba durante a pandemia de COVID-19 influenciou na permanência dos estudantes dos cursos técnicos profissionalizantes integrados ao ensino médio.

Ao preencher este questionário, você estará concedendo seu consentimento para participar da pesquisa. Caso você possua perguntas sobre o estudo, pode conversar a qualquer hora com a pesquisadora Jucielle Macedo Alves através do email: jucielle.alves@ifnmg.edu.br.

Aceto

Concordo em participar da pesquisa.

Não concordo em participar da pesquisa.

Jucielle Macedo Alves

Mestranda

Faculdade de Educação

Universidade de Brasília

Informações Pessoais

Nome:

Telefone:

Curso:

Ano de ingresso no IFNMG - Campus Janaúba:

Informações Demográficas

1. Qual é a sua idade?

2. Qual é o seu gênero?

Masculino

Feminino

Outro:

3. Cor/Raça/Etnia:

Contextualização do Período Não Presencial (2020 e 2021)

4. Quantos anos estudou em ANP (Atividade não presencial)?

5. Como foi seu ambiente de estudo em casa durante os períodos de ensino não presencial em 2020 e 2021?

Muito difícil

Difícil

Fácil

Relate:

Programas de Assistência e Recursos (2020 a 2021)

6. Você recebeu algum tipo de auxílio financeiro durante sua permanência no ensino médio profissionalizante? Por favor, liste os auxílios que você recebeu (você pode selecionar mais de uma opção):

*** O Auxílio Permanência (2020) refere-se à renovação automática dos auxílios concedidos em 2019. A partir de 2020 e 2021, os auxílios mencionados nos editais passaram a ser denominados Auxílio Emergencial.**

Auxílio Permanência (2020)

Auxílio Emergencial COVID-19 (2020)

Auxílio Emergencial COVID-19 (2021)

Auxílio Digital (2020)

Auxílio Digital (2021)

7. Qual foi o principal motivo que o(a) levou a solicitar o auxílio financeiro durante a pandemia?

8. Houve alguma situação específica relacionada à pandemia que o motivou a buscar esse tipo de suporte financeiro?

Sim

Não

Outro:

9. Como o auxílio financeiro durante a pandemia contribuiu para seu bem-estar emocional enquanto estudava?

10. Como o recebimento de auxílios financeiros influenciou sua experiência na escola durante a pandemia?

11. De que forma os auxílios financeiros ajudaram você e sua família durante a pandemia?

Bem-Estar e Saúde Mental (2020 a 2021)

12. Como você lidou com o estresse e a ansiedade durante os períodos de ensino não presencial?

Trajatória após a conclusão dos estudos

13. Quais foram suas realizações após a conclusão do ensino médio? Marque todas as opções que achar necessário:

Ingressei em uma universidade

Ingressei em um curso técnico

Iniciei um estágio ou trabalho

Procurei por oportunidades de voluntariado

Abri meu próprio negócio

Realizei cursos complementares

Viajei ou participei de intercâmbio

Prestei concurso público

Entrei no mercado de trabalho formal

Realizei atividades de pesquisa ou desenvolvimento acadêmico

Outro:

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO AO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS

Pesquisa: Percepções dos estudantes sobre a assistência estudantil durante a pandemia: Um estudo no Campus Avançado Janaúba do IFNMG.

Mestranda: Jucielle Macedo Alves

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Benedetta Bisol

Prezado,

Eu, Jucielle Macedo Alves, mestranda, estou conduzindo uma pesquisa intitulada "Percepções dos estudantes sobre a assistência estudantil durante a pandemia: Um estudo no Campus Avançado Janaúba do IFNMG". Sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Benedetta Bisol, minha pesquisa visa analisar as experiências dos discentes em relação à implementação dos programas da Política de Assistência Estudantil durante o período de atividades não presenciais (ANP) decorrente da pandemia de COVID-19.

O foco da investigação recai sobre os alunos que frequentaram os cursos integrados nas áreas de Informática e Saúde entre os anos de 2020 e 2022. O objetivo é compreender como a política de assistência estudantil impactou a experiência desses alunos durante um período de desafios significativos, como a pandemia de COVID-19.

Parte crucial deste estudo envolve a coleta de dados por meio de um questionário aberto, permitindo aos discentes compartilhar suas experiências, desafios e sucessos ao lidar com as mudanças nas atividades educacionais não presenciais. Busco obter insights valiosos diretamente dos alunos afetados, de modo que suas vozes e perspectivas sejam devidamente consideradas.

Para assegurar a eficácia desta pesquisa e contar com o apoio das autoridades da Unidade de Ensino, solicito respeitosamente a autorização desta instituição para a realização do estudo e a colaboração para facilitar o acesso aos alunos que participarão do questionário. Ressalto que todas as informações obtidas serão tratadas com estrita confidencialidade, e os nomes dos participantes não serão divulgados publicamente.

Atenciosamente,

Jucielle Macedo Alves
Mestranda - Universidade de Brasília